

Quem disse ?

«Os bens dos três maiores bilionários do mundo são superiores ao conjunto do PNB de todos os países menos desenvolvidos e dos seus 600 milhões de habitantes»

Relatório do PNUD, 1999

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1029 22 JULHO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



130 milhões até 2006

Governo investe no regadio

O ministro da Agricultura, Capoulas dos Santos, apresentou ontem, em Évora, o Plano Nacional de Regadio, que envolverá investimentos públicos na ordem dos 130 milhões de contos, até ao ano 2006. Devido a ser a zona do país mais afectada por frequentes situações de seca, grande parte destes investimentos serão aplicados no Alentejo. Ao divulgar o plano, o ministro da Agricultura salientou que a primeira prioridade agrícola do Governo socialista foi sempre a água, área onde se está a recuperar um atraso de décadas.

Nos próximos anos, no Alentejo, um vasto conjunto de 15 barragens dará suporte ao projecto do Alqueva e um primeiro bloco de regadio arrancará já em 2001 no concelho de Ferreira do Alentejo. A par com os investimentos em obras públicas e em infra-estruturas agrícolas, Capoulas dos Santos também revelou que o Governo tem em curso uma série de programas de formação profissional, tendo em vista a qualificação de quadros técnicos. «O nosso grande objectivo é fixar populações nas regiões do interior do país», afirmou o titular da pasta da Agricultura. Capoulas dos Santos fez também questão de sublinhar as diferenças entre a forma como o Governo está na política e o modo como o presidente do PSD, Durão Barroso, tem actuado em termos de discurso. «O Governo está interessado no desenvolvimento sustentado da agricultura portuguesa e nunca andará pelo país a apelar à revolta dos agricultores», declarou.

Entretanto, na semana passada, a Assembleia da República condenou por unanimidade a decisão da Comissão Europeia de prolongar o embargo das exportações nacionais de carne de bovino por mais seis meses. Face a esta opção de Bruxelas, o Governo decidiu apresentar uma acção judicial no Tribunal de Europeu, porque Portugal está confrontado com uma decisão injusta e sem qualquer justificação científica. O número de casos de BSE registados no país, quer em termos quantitativos, quer no que respeita à taxa de incidência por cada cem cabeças de gado, é claramente mais baixo do que no Reino Unido ou na Holanda.

CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DO PE SOARES DIGNIFICOU PORTUGAL



Apesar de ter perdido a corrida à presidência do Parlamento Europeu, António Guterres sublinha que a candidatura de Mário Soares honrou o PS e contribuiu para prestigiar Portugal no exterior. Também o Presidente da República lamentou o resultado, mas mostrou-se seguro que o ex-chefe de Estado ainda desempenhará um papel de primeiro plano em outras causas de dimensão mundial. Durão Barroso, embora tivesse desejado a vitória do fundador do Partido Socialista, permitiu que legitimamente se desconfie da sua sinceridade política, até porque o bloco conservador-liberal conseguiu fazer o pleno em número de votos. E Alberto João Jardim chegou mesmo ao ponto de tomar uma atitude vergonhosa, congratulando-se com o triunfo de uma eurodeputada estrangeira. O PS, por isso, desafia o PSD a esclarecer sem delongas e subterfúgios se é mais importante o interesse e a projecção de Portugal, ou a mesquinhez da tática política.

Sociedade & País

Sociedade & País

Justiça-Balanço «Nunca se fez tanto depois do 25 de Abril»



Nunca um Governo depois do 25 de Abril fez tanto pela Justiça. A apreciação foi feita, no dia 14, em Lisboa, pelo ministro Vera Jardim, durante a alocução em que apresentou o balanço da actividade governativa nesta legislatura.

O titular da pasta da Justiça, que falava no Centro de Estudos Judiciários (CEJ), fundamentou a sua afirmação aludindo aos mapas de investimento que indicam ter sido investido entre 1996 e 1999 mais de 25 milhões de contos tanto em tribunais como no sistema prisional.

Plano Regional de Emprego Uma resposta para o Alentejo



Cerca de um terço das famílias alentejanas dependem ou de emprego no Estado e autarquias ou de subsídios estatais. Esta informação foi divulgada, na passada sexta-feira, dia 16, em Évora pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, durante a cerimónia de assinatura dos contratos da Iniciativa Piloto de Promoção Local do Emprego no Alentejo.



Vencer o atraso estrutural

A revolução de 25 de Abril de 1974 permitiu a Portugal enveredar por um regime democrático, integrar-se plenamente na Europa e reconstruir fortes laços de comunhão com os países do espaço lusófono. O 25 de Abril permitiu, assim, às actuais gerações almejar um futuro de dignidade social e de defesa dos interesses nacionais e graças à democracia afirmar que o século XX não foi perdido por Portugal e pelos Portugueses! Redefinimos um rumo nacional e reencontrámos o sentido profundo da nossa identidade como Povo e como Nação.

No entanto, continuamos a ter pela frente enormes desafios, o maior dos quais representa, sem dúvida, o vencermos o nosso atraso estrutural resultante de décadas de marginalização, isolacionismo e proteccionismo.

Este é o grande desafio que o Partido Socialista se propõe assumir e que deseja fazê-lo colectivamente com todos os portugueses.

É, antes de mais, um desafio geracional, cujo objectivo é ultrapassar no espaço de uma geração o atraso estrutural que ainda nos separa dos países do centro da Europa. Trata-se de conferir às novas gerações condições sociais, económicas e culturais que lhes permitam aspirar a ganhar os grandes desafios do próximo século.

Como afirmou o camarada António Guterres, «vencer o atraso estrutural começa pela valorização e qualificação das pessoas». Tudo começa assim pela educação e a educação começa pelo pré-escolar e neste sentido o objectivo do Partido Socialista para a próxima legislatura é a cobertura integral pelo pré-escolar das crianças de cinco anos, e de 70 a 75 por cento nos três e quatro anos.

Relativamente aos jovens é intenção do próximo Governo do PS que, até ao final do próximo Quadro Comunitário de Apoio, todos os jovens até aos 18 anos de idade tenham acesso ao ensino secundário, à formação profissional ou, se estiverem empregados, a uma forma de trabalho que também permita a obtenção de uma qualificação profissional.

Esta forte aposta na Educação e na Formação tem por objectivo fundamental a garantia de um futuro com emprego e por consequência uma melhor preparação para enfrentar os desafios do próximo milénio.

Este desígnio nacional, assim definido, exige uma acção política concertada com as prioridades definidas, mas sobretudo impõe uma real mobilização de toda a sociedade, sem a qual não será possível ganhar esta aposta.



SOARISTAS E EX-SECRETARIADO DISPUTAM DEMOCRATICAMENTE FEDERAÇÕES

«Vitória clara e inequívoca da linha "Novo Rumo para o PS"» era a grande manchete da edição de 23 de Julho de 1981.

Nas páginas 8, 9 e 10 podia ler-se uma extensa reportagem sobre os congressos federativos onde a linha afecta a Mário Soares e os camaradas do ex-Secretariado disputaram democraticamente as eleições para os órgãos dirigentes destas importantes estruturas.

Nas páginas 6 e 7, o destaque ia para o importante discurso que o camarada Mário Soares, vice-presidente da Internacional Socialista, proferiu na Universidade Autónoma do México, no âmbito da visita que na altura efectuou à América Latina, uma zona então dominada por ferozes ditaduras militares.

Na página «Trabalho e Sindicalismo» a principal notícia dava conta de que elementos da Intersindical tinham ameaçado de agressão física militantes da UGT. Eram tempos de grande intolerância por parte de alguns elementos que não se conformavam com a derrota do projecto totalitário.

J. C. C. B.

23 de Julho

Quem disse?

«Socialismo significa, em termos genéricos, o aprofundamento da Democracia política nos planos económico, social e cultural»

Mário Soares



Governo lança Novas cartas de condução

Um simples cartão do tipo multibanco passará a substituir as velhas cartas de condução.

O novo tipo de carta de condução foi apresentado, na passada segunda-feira, dia 19, pela Direcção-Geral de Viação, numa sessão presidida pelo primeiro-ministro, António Guterres.

Cada cartão tem uma foto do titular e, do lado direito, um pequeno espaço onde, no futuro, se tal vier a ser decidido, vai ser possível registar o cadastro total do condutor. Se e quando tal registo estiver preenchido, bastará à Brigada de Transit, depois de pedir a carta a um condutor, fazê-lo passar por uma máquina apropriada para daí a pouco fazer sair numa impressora toda a lista de faltas do condutor.

As novas cartas vão ser fornecidas para já aos que fazem exame de condução e às pessoas que, por a terem perdido, requererem uma segunda via da sua carta de condução.

António Guterres, acompanhado pelo mi-



nistro da Administração Interna, Jorge Coelho, e pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara, assistiu à feita (que demorou apenas quatro ou cinco minutos) da primeira das novas cartas - que lhe foi entregue.

Governo dá um milhão para ADR's

O Ministério do Equipamento acaba de destinar uma verba de cerca de um milhão de contos para apoiar a dinamização das

Agências de Desenvolvimento Regional (ADR's) como instrumentos futuros de promoção de acções de desenvolvimento.

Constâncio presidente da secção portuguesa do Movimento Europeu

O camarada Victor Constâncio, ex-secretário-geral do PS, foi eleito no dia 14 presidente da secção portuguesa do Movimento Europeu, substituindo Freitas do Amaral. Da nova direcção fazem parte os camaradas Helena Torres Marques e Rui Vilar e os militantes do PSD Carlos Pimenta e Isabel Mota.



Poetas lusófonos juntos por Timor em livro e em disco

A solidariedade com o povo timorense juntou poetas dos sete países lusófonos no disco «Por Timor» e no livro «Vozes poéticas da lusofonia», lançados no passado dia 13, em Lisboa.

Organizada pela Câmara Municipal de Sintra, com a colaboração da RDP-África e do Instituto Camões, a iniciativa tem o alto patrocínio do Presidente da República, Jorge Sampaio.

Os poetas com obras no livro e disco, oriundos dos países lusófonos, são: António Ramos-Rosa, Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner, José Manuel Mendes e Manuel Alegre (Portugal), Manuel Rui e Ruy Duarte de Carvalho (Angola), Alberto da Costa e Silva, João Cabral de Melo Neto, Paulo Bonfim

e Ruy Espinheira Filho (Brasil), Arménio Vieira e Corsino Fortes (Cabo Verde), Tony Tcheka (Guiné-Bissau), Jorge Viegas e José Craveirinha (Moçambique), e Alda do Espírito Santo (S. Tomé e Príncipe).

No disco «Por Timor» as poesias são declamadas por Maria Barroso, Manuel Alegre e José Manuel Mendes.

Na apresentação do livro e do disco, no auditório da RDP, em Lisboa, houve sessão de poesia, por Elsa Noronha, José Manuel Mendes e Manuel Alegre.

No evento compareceram a presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, e o presidente do Instituto Camões, Jorge Couto.

As receitas da venda do CD reverterão a favor da causa de Timor-Leste.

MÁRIO SOARES DIGNIFICOU PORTUGAL

Apesar de ter perdido a corrida à presidência do Parlamento Europeu, António Guterres sublinha que a candidatura de Mário Soares honrou o PS e contribuiu para prestigiar Portugal no exterior. Também o Presidente da República lamentou o resultado, mas mostrou-se seguro que o ex-chefe de Estado ainda desempenhará um papel de primeiro plano em outras causas de dimensão mundial. Durão Barroso, embora tivesse desejado a vitória do fundador do Partido Socialista, permitiu que legitimamente se desconfie da sua sinceridade política, até porque o bloco conservador-liberal conseguiu fazer o pleno em número de votos. E Alberto João Jardim chegou mesmo ao ponto de tomar uma atitude vergonhosa, congratulando-se com o triunfo de uma eurodeputada estrangeira. O PS, por isso, desafia o PSD a esclarecer sem delongas e subterfúgios se é mais importante o interesse e a projecção de Portugal, ou a mesquinhez da tática política.

Mário Soares foi derrotado na sua eleição para a presidência do Parlamento Europeu, terça-feira, pela francesa do Partido Popular Europeu Nicole Fontaine, mas, em comunicado, o secretário-geral do PS, António Guterres, saudou o exemplo democrático do ex-Presidente da República e fundador do Partido Socialista. O líder do PS saudou a «postura e o exemplo democrático de Mário Soares, bem como a sua candidatura ao cargo de presidente do Parlamento Europeu, que honra o PS e dignifica Portugal».

Logo que foram conhecidos os resultados, no final da manhã de terça-feira, no plenário de Estrasburgo, Mário Soares felicitou Nicole Fontaine pela sua eleição para a presidência do Parlamento Europeu, desejando-lhe um «excelente mandato. Quero felicitá-la pelo resultado, pela boa campanha que fez e pela postura elegante com os adversários», declarou o ex-chefe de Estado na sua primeira intervenção no plenário da assembleia parlamentar da União Europeia. O ex-Presidente da República disse ainda estar certo de que Nicole Fontaine fará uma excelente presidência, agradecendo, depois, aos que votaram em si, do Partido Socialista Europeu e de outros eurodeputados de diversas famílias políticas.

Em conferência de imprensa, já ao final da tarde, Mário Soares minimizou a importância da sua derrota nas eleições para presidente do Parlamento Europeu, consideran-

do-a preferível a uma vitória sem combate político e «cozinhada entre os grandes partidos». «Prefiro isto (a derrota) a ficar dois anos e meio à espera de vir a ter acesso à presidência do Parlamento Europeu, não por mérito próprio, mas sim por uma combinação de gabinetes de dois partidos», declarou, numa referência indirecta à possibilidade de o grupo socialista ter negociado com o bloco cristão-democrata a sua eleição para a segunda metade do mandato em vez de avançar unilateralmente com uma candidatura.

«Como parlamentar e como democrata que sou, isso para mim seria vexatório», afirmou. Ainda segundo o cabeça-de-lista do PS nas últimas eleições europeias, «em política deve-se lutar. Mais importante que os lugares é lutar e eu lutei e fui até ao fim, pelo que estou satisfeito».

Presidente da República lamenta

A partir de Ponta Delgada, onde se encontra em visita à Região Autónoma dos Açores, o Presidente da República, Jorge Sampaio, lamentou a derrota de Mário Soares nas eleições para a presidência do Parlamento Europeu, mas sublinhou que as candidaturas internacionais «são sempre muito disputadas. As eleições para os lugares internacionais ganham-se ou perdem-se. Tenho pena», referiu o chefe de Estado. Na sua declaração política, Jorge Sampaio realçou o seu empenho pessoal na eleição do ex-Presidente da República para a liderança do hemiciclo de Estrasburgo, recordando, contudo, que o Partido Socialista Europeu se manteve unido em torno de Mário Soares, mas que as

últimas eleições para o Parlamento Europeu alteraram a composição desta instituição.

O ex-secretário-geral do PS disse também estar certo que Mário Soares ainda irá travar outras lutas e, na sua opinião, foi já importante que um pequeno país como Portugal possa ter candidaturas internacionais credíveis, «o que tem vindo a acontecer nos últimos 25 anos».

Já o secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, José Lamego, sublinhou que o resultado provou que os conservadores se mostraram unidos em torno da sua candidata e disse desconfiar que os eurodeputados do PSD não votaram em Mário Soares. Por isso, ou os eurodeputados do PSD não respeitaram as instruções de Durão Barroso para que votassem no ex-Presidente da República, ou, em alternativa, as palavras do líder do maior partido da oposição não passaram de um acto de hipocrisia política. Também o camarada Manuel Alegre lamentou que alguns eurodeputados portugueses, nomeadamente do PSD, se tivessem esquecido do interesse nacional, ao preferirem a vitória de uma estrangeira para a presidência do Parlamento Europeu.

Para o vice-presidente da Assembleia da República, a derrota de Mário Soares «era um resultado já esperado», embora, na sua opinião, o ex-Presidente da República tenha alcançado um triunfo mais importante, conseguindo a clarificação do Parlamento Europeu. «Separou as águas e pela primeira vez criou uma dinâmica de autenticidade democrática», declarou. Com a candidatura de Mário Soares, acrescentou Manuel Alegre, «acabaram a paz podre e

as negociações de corredor», tendo sido criadas condições para que o Parlamento Europeu «comece finalmente a parecer-se com um Parlamento real».

A vergonha do gáudio de Jardim

Em comunicado, a Comissão Permanente do PS considerou o gáudio do PSD/Madeira pela derrota de Mário Soares e a vitória de uma francesa como uma atitude que «vergonha Portugal e os portugueses». Face à posição do PSD/Madeira, o PS concluiu que «fica claro aos olhos dos portugueses» que, nesse partido, «há duas vozes sobre o interesse nacional: a do líder Durão Barroso e a de Alberto João Jardim. E foi a voz de Jardim que se sobrepôs aos aparentes desejos da direcção nacional do PSD, ao ponto de influenciar o sentido de voto dos deputados do PSD no Parlamento Europeu», acrescenta o comunicado da Comissão Permanente do PS. «Perante esta desgraçada ambiguidade de posições», o PS desafia o líder do PSD a esclarecer «sem delongas e subterfúgios» se, para o PSD, o mais importante é o interesse nacional e a projecção de Portugal, ou a mesquinhez da tática política. «Portugal saberá julgar quem, atentando contra os seus superiores interesses, vota contra um candidato português e faz eleger um, embora respeitável, candidato estrangeiro», adverte ainda a Comissão Permanente do PS, depois de saudar «a postura e o exemplo democrático de Mário Soares, que, em nome da projecção e do prestígio de Portugal, submeteu a sufrágio a sua candidatura ao cargo de presidente do Parlamento Europeu».



P*RTUGAL
NO CORAÇÃO DA EUROPA.

PRESIDÊNCIA ABERTA

Sampaio lança desafio nos Açores

NINGUÉM DEVE TEMER A EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Na última semana da sua visita à Região Autónoma dos Açores, o Presidente da República revelou que esta deslocação já lhe permitiu alterar algumas das suas convicções sobre os múltiplos méritos inerentes à autonomia. Em Ponta Delgada, onde foi recebido calorosamente pela população, o chefe de Estado deixou também um desafio, no sentido de que ninguém deve temer uma evolução na repartição de competências entre os diversos patamares do Estado. Antes de regressar sábado a Lisboa, Jorge Sampaio também quis voltar a dedicar grande atenção aos problemas sociais. Terça-feira passada, esteve na freguesia de Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel, que é considerada uma das mais pobres de Portugal.

Na segunda-feira, em Ponta Delgada, o Presidente da República defendeu a perspectiva de que, actualmente, «ninguém deve temer a evolução da repartição de competências entre os diversos patamares da administração do Estado». Ao discursar na maior cidade dos Açores, já à entrada para a recta final desta sua visita à região autónoma, que termina sábado, o chefe de Estado apontou a necessidade de «permanecer sempre em aberto» o debate sobre a eficaz repartição de competências, tendo como base o pressuposto de que «a qualidade da administração depende da proximidade da decisão face ao seu destinatário».

Durante a sessão solene de boas-vindas promovida pelo município de Ponta Delgada, o Presidente da República também lembrou que «é vital que todos compreendam que a distribuição de competências não tem como propósito a constituição de poderes autónomos entre si, mas sim o melhor serviço a prestar às populações». Numa intervenção em que voltou a abordar o tema da importância de os Açores manterem «uma aposta muito forte na preservação do património e do ambiente», Jorge Sampaio caracterizou como essencial para o desenvolvimento do arquipélago a criação de condições que «garantam o eficaz funcionamento de todos os órgãos do Estado». A região precisa ainda, na sua opinião, de «quadros técnicos qualificados, de uma equilibrada repartição de competências e de um reforço da capacidade de intervenção de cada um dos patamares de administração».

Quando chegou a Ponta Delgada, o Presidente da República foi homenageado por um desfile em que se procurou fazer uma réplica da corte de D. Manuel I, que eleveu há 500 anos a maior cidade açoriana a sede de concelho. Ladeado pelo presi-



dente do Município de Ponta Delgada e pelos presidentes da Assembleia e do Governo Regional dos Açores, Jorge Sampaio seguiu depois em cortejo para a praça central da cidade, entre alas formadas por dezenas de escuteiros. Já na praça, o Presidente da República e as centenas de populares que se concentravam para o receber assistiram às atuações de várias filarmónicas da ilha de São Miguel e de ranchos folclóricos.

Divulgar os problemas açorianos

À noite, durante um jantar oferecido pelo presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, o chefe de Estado referiu que a visita que está a efectuar aos Açores lhe permitiu alterar algumas das suas convicções. Uma mudança de perspectiva que disse ser consequência directa de ter tido a oportunidade de fazer um confronto mais detalhado com a realidade. Em outra nota do seu discurso, o Presidente da República insistiu na necessidade de uma divulgação nacional dos problemas açorianos, destacando a importância de se construir «uma consciência das questões que se colocam nas ilhas de forma a se mobilizarem recursos» de todos os territórios nacionais, tendo em vista a sua rápida resolução.

Jorge Sampaio disse ainda ter-se deparado no arquipélago com uma nova geração de jovens açorianos». Geração que considerou «activa, dinâmica, qualificada e interessada em apostar no futuro» da região.

Esta circunstância, ainda de acordo com a sua perspectiva, permite obviar a uma situação que, no passado, obrigou os residentes das ilhas a terem de emigrar, o que «constitui o maior factor de orgulho da autonomia regional». Neste contexto, Jorge Sampaio aproveitou para homenagear os emigrantes açorianos, sublinhando a importância de se «reunirem esforços» para que «nunca mais se repitam as condições dramáticas que os forçaram a partir».

Falando antes do chefe de Estado, nos jardins do Palácio da Conceição, o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, referiu-se às suas preocupações em relação às dificuldades de consolidação das autonomias, uma realidade que considerou «não consumada na ordem política quotidiana». Procurando fundamentar os seus receios, Carlos César indicou que a aprovação recente, na Assembleia da República, da lei que estabelece o quadro de transferências, atribuições e competências da Administração Central para as autarquias locais. O presidente do Governo Regional dos Açores apontou ainda as expectativas da região quanto ao acréscimo das transferências comunitárias no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, alegando o carácter vital de, no plano nacional, se «considerar a região na mesma ordem de prioridade invocada perante a União Europeia».

Atenção às questões sociais

Terça-feira, em Rabo de Peixe, o Presiden-

te da República encontrou uma população satisfeita com a aplicação do rendimento mínimo garantido. Jorge Sampaio, que encontrou na rua centenas de populares gratos com a sua visita a esta freguesia, transmitiu uma mensagem de optimismo, sublinhando que o essencial é lançar mãos à obra. «Não dar o peixe mas ensinar a pescar» foi uma das receitas que deixou, tendo também salientado estar a visitar uma povoação com raízes de esperança e que será capaz de dar uma volta a favor de um desenvolvimento maior.

Em Rabo de Peixe, o chefe de Estado ouviu que estão em execução em cinco das nove ilhas açorianas um total de 17 projectos de combate à pobreza, quando, em 1996, apenas três estavam em marcha. Ao todo, foram já aplicados neste tipo de intervenções cerca de 600 mil contos. No caso concreto de Rabo de Peixe e no quadro do projecto «Sementes de Mudança», foram já aplicados 270 mil contos, mas o presidente da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira Grande disse esperar a realização de um investimento global de um milhão de contos até ao ano 2000.

Antes de seguir para Rabo de Peixe, também na terça-feira, o Presidente da República anunciou a promulgação de quatro dezenas de diplomas da Assembleia da República e do Governo. Sem indicar o conteúdo desses diplomas, Jorge Sampaio realçou apenas o simbolismo da promulgação da nova legislação em Ponta Delgada.

PROFISSIONALIZAÇÃO CRESCENTE

O Governo deu carta branca, no passado dia 15, em reunião de Conselho de Ministros, ao sistema retributivo aplicável aos militares dos quadros permanentes (QP) e em regime de contrato (RC) dos três ramos das Forças Armadas.

O sistema é igualmente aplicável aos aspirantes a oficial e cadetes dos estabelecimentos militares do ensino superior e aos alunos dos cursos de formação de sargentos e praças destinados aos QP.

A última revisão estrutural do sistema retributivo dos militares dos QP e RC dos três ramos das Forças Armadas foi objecto do decreto-lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, na sequência do desenvolvimento dos princípios gerais de emprego público e carreiras do pessoal da função pública, através do decreto-lei n.º 184/89, de 2 de Junho.

No actual quadro de modernização e reestruturação das Forças Armadas, nomeadamente através de alterações estruturantes ao nível do Estatuto dos Militares e da Lei do Serviço Militar, num quadro de profissionalização crescente, acentuaram-se distorções acumuladas no tempo, que se propagam a outros corpos especiais, designadamente às forças de segurança, e cuja correcção se pretende agora realizar.

O decreto-lei em questão estabelece o regime remuneratório, através de uma «salário» base e de um suplemento de condição militar e define ainda a estrutura iniciária



aplicável, com um incremento nos valores dos índices aplicáveis em cada escalão, por comparação com o sistema actual.

O incremento em causa será concretizado em três fases distintas. A primeira está a ser aplicada desde de 1 de Julho de 1999: A segunda será aplicada a partir de 1 de Janeiro de 2000 e a terceira fase iniciar-se-á a 1 de Julho de 2000 (nesta fase são ainda eliminados alguns escalões em diversos postos das categorias de sargentos e oficiais).

O diploma estabelece ainda os princípios gerais relativos às prestações familiares, alimentação e fardamento, bem como o

regime de suplementos.

É atribuído um suplemento de condição militar, já hoje existente, com fundamento no regime especial de prestação de trabalho, designadamente no ónus e restrições específicos da função militar.

Este suplemento, sendo remunerado por inteiro e em prestação única, é a partir de agora composto de uma componente fixa, no valor de 5 150\$00 (cinco mil cento e cinquenta escudos), actualizável, atribuída a todos os militares, independentemente da categoria, e de uma componente variável, agora representando 14,5 por cento sobre a remuneração base mensal

auferida por cada militar, em função do posto e escalão, em vez do actual suplemento, composto apenas pelo equivalente a 10 por cento do vencimento do militar.

Seguro de vida para missionários da paz

O Executivo socialista criou um seguro de vida para os militares que se encontram no estrangeiro, no âmbito de missões humanitárias e de paz.

A decisão foi tomada, na passada reunião do Conselho de Ministros, realizada no dia 15, em Lisboa.

O Governo considera que o crescente e actual envolvimento de militares das Forças Armadas em missões humanitárias e de paz, fora do território nacional, no âmbito de compromissos internacionais assumidos por Portugal, reflecte-se numa alteração complementar do quadro de protecção existente para os militares e respectivas famílias, constante do Estatuto destes militares, no que respeita à necessidade de protecção e reparação dos danos por morte ou invalidez permanente, que possam ocorrer naquelas situações.

Assim, foi criado um seguro de vida para os militares das Forças Armadas em tal situação de serviço, cujas condições virão a ser regulamentadas por Portaria Conjunta dos ministros da Defesa Nacional e das Finanças e pelo membro do Governo responsável pela Administração Pública.

NOVAS REGRAS DE CIRCULAÇÃO

A nova regulamentação do trânsito na Ponte 25 de Abril e Viaduto Norte foi aprovada, no passado dia 15, em Reunião de Conselho de Ministros.

A decisão governativa revoga o decreto n.º 47123, de 30 de Julho de 1966, até agora em vigor.

O decreto-lei em questão visa compatibilizar as regras de circulação na Ponte 25 de Abril e Viaduto Norte com as recentes alterações físicas que lhe foram introduzidas, nomeadamente pelo desaparecimento da via central de sentido reversível e pela introdução da via ferroviária e pela necessidade de melhor acautelar o trânsito de mercadorias perigosas no tabuleiro superior.

Em termos resumidos, o trânsito na ponte e seu viaduto passa a obedecer às seguintes regras:

- Na ponte e seu viaduto são aplicáveis as disposições relativas a auto-estradas e vias equiparadas, constantes do Código da Estrada.
- O trânsito de automóveis pesados afectados ao transporte de mercadorias perigosas, que, nos termos de legislação especial, devam ser sinalizados com



painel laranja, pode ser condicionado por Portaria do ministro da Administração Interna.

- É proibido o reboque de veículos avariados por outros que não os expressamente destinados a esse efeito, a reparação de veículos (ainda que ligeira) e a ministração do ensino da condução.

- Em caso de acidente, avaria ou falta de combustível, os ocupantes do veículo devem permanecer dentro do mesmo ou, se tal não for possível, à sua frente e abster-se de tentar deslocá-lo, cabendo à entidade encarregada da exploração assegurar o reboque do veículo para um dos seus parques.

ANET: REPRESENTAÇÃO UNITÁRIA

O Conselho de Ministros aprovou, na reunião realizada quinta-feira, dia 15, em Lisboa, um decreto-lei que cria a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET) e aprova o respectivo Estatuto. Este diploma procede à criação da referida associação de direito público, dando, assim, resposta à necessidade de representação unitária da profissão, condição da sua valorização e da realização do interesse público subjacente à natureza da

pessoa colectiva na qual esta repousa. Entre os aspectos mais significativos do Estatuto da ANET salienta-se, desde logo, o reforço da descentralização organizativa; o reforço da separação entre órgãos executivos e disciplinares; a abertura à criação de áreas de especialização; a definição do núcleo essencial de regras de deontologia profissional; e a previsão de regras sobre processo disciplinar.



PELO PAÍS

Governança Aberta

AMBIENTE

O secretário de Estado adjunto da ministra do Ambiente, Ricardo Magalhães, homologou, no dia 15, investimentos de 250 mil contos nos concelhos de Gouveia, Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra, para tratamento de esgotos e protecção de praias fluviais.



No decorrer desta deslocação inaugurou a Estação de Tratamento de Águas de Arganil onde foram investidos 73 mil contos, para servir as populações de Góis e Arganil.

Ricardo Magalhães assinou, em Gouveia, um contrato de financiamento da Estação de Tratamento de Águas de Vila Nova de Tazém, em Arganil, e um acordo de colaboração entre o Instituto Nacional da Água (INAG), a Direcção Regional do Ambiente (DRA) do Centro e a Câmara de Góis, no valor de 48 mil contos, para valorização das praias fluviais de «Pé Escuro».

Em Pampilhosa da Serra, o INAG, DRA e Câmara Municipal assinaram um contrato programa para tratamento de águas residuais e abastecimento de água no valor de 64 mil contos.

A propósito da poluição das águas, o secretário de Estado frisou a necessidades das empresas poluidoras suportarem os pré-tratamentos antes do envio dos resíduos para a rede pública, à semelhança do que acontece no Vale do Ave.

«A despesa pública não tem que suportar os benefícios de particulares», observou o governante.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, afirmou, no dia 20, durante uma visita ao Instituto de Biologia Molecular da Universidade do Porto, que o futuro da ciência em Portugal depende da vontade dos jovens.

«A ciência não se decreta. Ou os jovens querem fazer trabalho científico ou não querem, e, se não querem, não há ciência», disse, acrescentando que é necessário que «alunos, pais e empresas se mobilizem e encarem a ciência como campo essencial para o desenvolvimento do País».

O governante, que visitou uma das 40 instituições que no Verão vão acolher alunos do ensino secundário no âmbito da terceira edição da iniciativa «Ciência Viva nas Férias», disse, após uma conversa informal com os «futuros cientistas», que «Portugal necessita, em termos de recursos

humanos, de oito anos para chegar aos níveis médios da Europa desenvolvida».

«Acreditando que na próxima década se mantém o mesmo entusiasmo dos jovens que querem fazer ciência, como foi demonstrado aqui, que continua a haver desenvolvimento na investigação e que o País aceita a ciência como uma área prioritária para o seu desenvolvimento, enato estão criadas as condições necessárias para atingir esse objectivo», declarou.



Mariano Gago enfatizou o desenvolvimento e as mudanças verificadas nos últimos anos em Portugal ao nível do ensino e da investigação científica, afirmando que «o número de doutorados que saem em cada três anos das universidades é igual ao número total de doutorados que o País tinha há 15 anos atrás».

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, deslocou-se, no dia 16, ao Alentejo e Algarve, onde assinou protocolos para recuperação dos teatros Silva Teles, em Ourique, e Lethes, em Faro.

A deslocação teve também como ponto alto uma visita às ruínas de Miróbriga, onde o governante oficializou um protocolo com a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e a Diocese de Beja, criando uma comissão para o estudo da valorização do património de Arte Sacra de Santiago do Cacém.

Depois de assinar o acordo de colaboração entre o seu ministério e a Câmara de Ourique que possibilitará a realização de obras no Teatro Silva Teles, Manuel Maria Carrilho visitou o Parque Arqueológico da Cola.

Ao fim da tarde de sexta-feira, já em Faro, o governante assinou um protocolo entre o Ministério da Cultura e a Câmara Municipal de Faro, com vista à recuperação do emblemático Teatro Lethes, na capital algarvia, e anúncio do lançamento das obras na abóboda e palco do mesmo teatro.

DEFESA

O ministro da Defesa considerou, na passada quinta-feira, dia 15, em Lisboa, que os aumentos nos vencimentos dos militares permitiriam resolver em mês e meio, desde que ocupa a pasta da Defesa, um problema que se arrastava há dez anos. Esta correcção de vencimentos dos militares «visa essencialmente corrigir a situação de desflavor e desvantagem em que

se encontravam, nomeadamente face às forças de segurança e outros segmentos das carreiras civis da administração pública», explicou.



A medida «visa também iniciar um processo de redução de escalões que virá propiciar uma descongelamento das carreiras e uma mais rápida progressão» explicou Jaime Gama, que falava após a reunião do Conselho de Ministros.

Houve também o cuidado de «fazer com que as praças realizem a actualização de vencimentos mais depressa e portanto não sejam objecto de um crescimento em três etapas mas apenas em duas», acrescentou.

Das correcções previstas na escala indiciária agregadas ao aumento do subsídio da condição militar resultam progressões nos vencimentos que oscilam entre 6 por cento para almirante e general e 30 por cento para segundo sargento do primeiro escalão.

«Aliás, uma das metas alcançadas com esta alteração da escala indiciária é a revalorização da carreira de sargentos», salientou.

Jaime Gama disse não ter sido dificuldades na concretização desta medida, sublinhando que «houve uma consulta às chefias militares que nos termos da lei é realizada no Conselho Superior Militar».

ECONOMIA

«A maioria das 13 centrais de armazenagem de gás natural a desenvolver num futuro próximo, em zonas afastadas da rede de gasodutos, será no Algarve», afirmou, no dia 15, em Faro, o ministro da Economia, Pina Moura.



O decreto-lei que formaliza a decisão entrega à empresa Transgás - GDP (Gás de Portugal) a responsabilidade na distribui-

ção do combustível.

As centrais de armazenagem algarvias ficarão instaladas nas zonas de Lagos, Portimão/Alvor, Albufeira, Vilamoura, Faro, Loulé, Olhão e Vila Real de Santo António, anunciou Pina Moura, que participou na cerimónia de tomada de posse da nova Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve, presidida pelo camarada Paulo Neves.

«Cabe ao mercado decidir da viabilidade dessas centrais (de armazenagem de gás natural), tanto a nível de consumo doméstico como de empresas», disse, sublinhando que o abastecimento das infra-estruturas será feito com camiões a partir de Huelva e, a partir de 2003, do terminal de Sines.

«Claro que a maioria das pessoas preferiria que o abastecimento do Algarve fosse feito a partir do gasoduto», reconheceu Pina Moura, argumentando logo de seguida que «a via escolhida é mais barata e racional».

EMPREGO E INSERÇÃO SOCIAL

A integração de idosos ou deficientes sozinhos em lares de famílias consideradas idóneas é o principal objectivo de um programa social apresentado, na passada terça-feira, dia 20, no Porto.



Os secretários de Estado da Inserção Social e do Emprego e Formação, Rui Cunha e Paulo Pedrosa, respectivamente, estiveram na Fundação Cupertino de Miranda, a apresentar o programa, que apelidaram de «dois em um».

«Esta é uma medida dois em um», disse Paulo Pedrosa, referindo-se ao programa nacional de «Acolhimento familiar a idosos», uma iniciativa que «permite resolver dois problemas sérios em simultâneo, ao responder às necessidades sociais com soluções positivas ao nível do emprego». O programa consiste na integração, de pessoas idosas ou adultas com deficiência cuja família natural não exista ou não reuna as condições necessárias para assumir as suas funções, em lares de famílias consideradas idóneas.

Rui Cunha, o secretário de Estado da Inserção Social, enfatizou a importância da resposta social face a alternativas institucionais, enquadrando no âmbito destas últimas os lares.

HABITAÇÃO

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, presidiu, na passada quin-

PELO PAÍS

Governança Aberta

ta-feira, dia 15, em Setúbal, à cerimónia de entrega de 48 fogos do bairro das Manteigadas, construídos no âmbito do Programa Especial de Reajuntamento (PER).



A Câmara de Setúbal tem prevista a construção de um total de 1 272 fogos até ao final do PER, a que corresponde um investimento global superior a oito milhões de contos, financiados pelo Governo em 50 por cento. A secretária de Estado iniciou a deslocação a Setúbal de manhã, com uma visita ao Bairro da Bela Vista (um dos bairros setubalenses mais carenciados), onde procedeu à colocação simbólica da primeira pedra do Centro Social da Cáritas Diocesana, projecto financiado pela Intervenção Operacional Renovação Urbana. Depois da entrega dos 48 fogos de habitação social, no salão nobre da Câmara de Setúbal, Leonor Coutinho deslocou-se ao bairro das Manteigadas, onde está em curso a construção da última parte de um conjunto de 111 fogos financiados em 827 mil contos pela Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações.

JUSTIÇA

Mais de 50 de municípios e de 250 entidades por todo do País aderiram já ao programa de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (PTFC) dedicado aos reclusos condenados a penas não superiores a um ano.

As «contas» foram feitas pelo secretário de Estado da Justiça, José Lopes da Mota, que no dia 15, em Beja, presenciou a cerimónia de assinatura de protocolos com 13 entidades do distrito interessadas em receber reclusos para a prestação de serviços.

O programa veio, segundo o governante, dar «visibilidade e expressão a uma medida que, apesar de existir há alguns anos, não tinha regulamentação na qual se apoiar».

Conforme frisou Lopes da Mota, existe já uma rede fundamental para poder ser aplicado e vai possibilitar que, como diz o lema do PTFC, os reclusos condenados pelos tribunais a penas não superiores a um ano cumpram «sem perder a liberdade».

«Esta medida representa manifestas vantagens sobre a pena de prisão porque é mais importante, tanto para o indivíduo como para a comunidade, que o mesmo possa prestar uma função socialmente útil do que simplesmente privá-lo da sua liberdade», disse.

A PTFC consiste na prestação de trabalho não remunerado a favor do Estado ou de outras entidades públicas e privadas de interesse para a comunidade. Tem uma

duração variável entre um limite mínimo de 36 horas e um limite máximo de 380 horas e pode ser executada em dias úteis, sábados, domingos e feriados.

Para ser abrangido pela PTFC o arguido tem de dar o seu consentimento e, se não cumprir a prestação de trabalho por razões da sua responsabilidade, ou se cometer novo crime, o tribunal pode ordenar o cumprimento da pena de prisão determinada na sentença.

SAÚDE

O Centro de Saúde de Fronteira, distrito de Portalegre, um investimento de 130 mil contos, foi inaugurado, na passada quinta-feira, pelo secretário de Estado da Saúde, Francisco Ramos.

A construção daquela infra-estrutura, financiada em 85 por cento pelo Ministério da Saúde e o restante pelo município local, foi iniciada em Novembro de 1995 e concluída em 1997, embora os arranjos exteriores tenham ficado concluídos apenas no ano em curso.



Naquela unidade de saúde prestam serviço três médicos e quatro enfermeiros, que dão ainda apoio nas extensões de saúde em três freguesias do concelho.

O governante visitou também o Centro de Saúde de Alter do Chão, ainda no distrito de Portalegre, uma obra concluída em finais de 1996, que representou um investimento de cem mil contos financiado em 85 por cento pelo Ministério da Saúde e o restante pela edilidade.

Durante esta deslocação ao Alentejo, o secretário de Estado da Saúde esteve ainda em Évora no encerramento do encontro de telemedicina, onde foram assinados diversos protocolos inter-instituições.

SEGURANÇA SOCIAL

«A passagem à reforma de grande parte dos quadros da Segurança Social nos próximos anos vai obrigar a uma extensa renovação do seu pessoal», disse, no dia 15, no Porto, o secretário de Estado da Segurança Social, Ribeiro Mendes.

O governante, que falava à margem da sua participação no Seminário Internacional «Políticas, conhecimento e competências profissionais para uma sociedade de bem estar», sublinhou que «essa renovação, forçada pela lei da vida, confere à formação contínua, sempre de importância decisiva, uma dimensão estratégica».

«Vão passar à reforma quadros que têm um saber acumulado de dezenas de anos

de experiência, pelo que se torna indispensável garantir a tempo mecanismos de transmissão desses conhecimentos às novas gerações de funcionários», afirmou.



Para isso, a Secretaria de Estado está a preparar um conjunto de medidas que visam garantir essa transmissão de experiência, nomeadamente através da fixação desses conhecimentos em suportes e produtos pedagógicos a utilizar na formação dos novos funcionários e que entrarão nos próximos anos no sistema de segurança social, assim como na formação contínua.

TRABALHO

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, defendeu, no dia 15, em Leiria, que o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) deve ser «gerido com ambição de eficiência», não podendo Portugal correr o risco de o «desperdiçar».

Prevendo que Portugal receba 470 milhões de contos para a área do emprego e da formação profissional no próximo QCA, Ferro Rodrigues acredita que 80 por cento daquele montante seja utilizado em acções de formação contínua, de acréscimo de qualificação dos jovens e no reforço de recursos para a reinserção no mercado de trabalho de desempregados de longa duração.



A integração de pessoas com deficiência no mercado do trabalho, evitando a exclusão social das mesmas, será outra das vertentes em que o ministro do Trabalho quer ver investidas verbas do III QCA.

Falando durante um jantar-conferência com empresários, Ferro Rodrigues disse que «o aumento da qualificação dos jovens é uma das vertentes da batalha do futuro que o País tem de vencer, sendo para tal necessário, para além do envolvimento do próprio Estado, o envolvimento do mundo empresarial».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 15 de Julho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que aprova o sistema retributivo aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato das Forças Armadas;
- Um decreto-lei que adita um artigo ao estatuto dos militares em missões humanitárias e de paz no estrangeiro, criando um seguro de vida;
- Um decreto-lei que cria a ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, uma associação de direito público, e aprova o respectivo Estatuto;
- Um decreto-lei que aprova a nova regulamentação do trânsito na Ponte 25 de Abril e viaduto norte;
- Um decreto regulamentar que regula os conjuntos turísticos;
- Um decreto-lei que transfere o Museu Nacional de Ciência e Tecnologia para o Ministério da Ciência e da Tecnologia;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 88/98, de 3 de Abril, que aprova a orgânica do Teatro Nacional de São Carlos;
- Um decreto-lei que concede benefícios fiscais à Sociedade Porto 2001, SA, organizadora do evento cultural «Capital Europeia da Cultura»;
- Uma resolução o que aprova a atribuição de uma verba à Associação 25 de Abril, destinada às obras de construção da respectiva sede social;
- Um decreto-lei que reconhece o interesse público da Escola Superior de Saúde Egas Moniz, no concelho de Almada;
- Um decreto-lei que estabelece as atribuições, competências, estrutura orgânica e regime de funcionamento da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;
- Um diploma que aprova um regime transitório para a execução e gestão orçamental dos novos organismos criados pelo decreto-lei n.º 237/99, de 25 de Junho;
- Um decreto-lei que transfere a parcela da margem domínial denominada «Praia Formosa», freguesia da Almagreira, concelho de Vila do Porto, na qual se encontra implantado o imóvel designado por «Pousada da Praia Formosa», do domínio público do Estado para o domínio privado da Região Autónoma dos Açores;
- Uma resolução que ratifica a alteração ao artigo 8º do Regulamento do Plano Director Municipal de Alcácer do Sal, com excepção da respectiva alínea c;
- Uma resolução que nomeia o Vítor Manuel Soares Pereira encarregado de missão para a qualificação das Agências de Desenvolvimento Regional.

UNIÃO EUROPEIA

Composição

NOVA COMISSÃO EUROPEIA

O presidente designado da Comissão Europeia Romano Prodi formou no passado dia 9 o novo colégio de comissários europeus que, uma vez investidos pelos eurodeputados em Setembro, dirigirá o Executivo europeu até 2005.

A lista dos 20 comissários (incluindo Prodi), já confirmada oficialmente pela Comissão Europeia, é a seguinte: Romano Prodi (59 anos, Itália, centrista): presidente da comissão.

Neil Kinnock (57 anos, Reino Unido, trabalhista): vice-presidente da Comissão, encarregado da reforma administrativa.

Loyola de Palacio (48 anos, Espanha, conservadora): vice-presidente da Comissão, encarregada das relações com o Parlamento europeu, dos transportes e da energia.

Mario Monti (56 anos, Itália, liberal-independente): concorrência.

Franz Fischler (53 anos, Áustria, conservador): agricultura e pescas.

Erkki Liikanen (49 anos, Finlândia, social-democrata): empresas e sociedade de informação.

Frits Bolkestein (66 anos, Holanda, liberal): mercado interno.

Philippe Busquin (58 anos, Bélgica, socialista): investigação.

Pedro Solbes (56 anos, Espanha, socialista): assuntos económicos e monetários. Poul Nielson (56 anos, Dinamarca, social-democrata): desenvolvimento e ajuda humanitária.

Guenter Verheugen (54 anos, Alemanha, social-democrata): alargamento.

Chris Patten (55 anos, Reino Unido, conservador): relações externas.

Pascal Lamy (52 anos, França, socialista): comércio.

David Byrne (52 anos, Irlanda, centro-direita): protecção da saúde e dos consumidores.

Michel Barnier (48 anos, França, conservador): política regional.

Viviane Reding (48 anos, Luxemburgo, cristã-social): educação e cultura.

Michele Schreyer (47 anos, Alemanha, Verdes): orçamento.

Margot Wallstrom (44 anos, Suécia, social-democrata): ambiente.

António Vitorino (42 anos, Portugal, socialista): justiça e assuntos internos.

Anna Diamantopoulou (40 anos, Grécia, socialista): emprego e assuntos sociais.

UNIÃO EUROPEIA

Nova Comissão

VITORINO LIBERTA CARGO PARA O PSD

A transição do único director-geral português da Comissão Europeia para o gabinete do futuro comissário português, António Vitorino, libertará o posto para um funcionário da área do PSD.

O Governo e o PS cumprem assim o tradicional «acordo de cavalheiros» sobre a partilha entre o partido no poder e o principal da oposição (PSD) dos dois mais importantes cargos (comissário e director-geral) a que Portugal tem acesso na Comissão

Europeia.

António Cavaco, militante do PS e actual director-geral das Pescas, na Comissão, será o chefe de gabinete do camarada António Vitorino, que sucederá a João de Deus Pinheiro, militante do PSD.

Nos termos do novo código de conduta dos comissários, o chefe de gabinete adjunto de António Vitorino terá assim de ser de uma das restantes 14 nacionalidades da União.



O capitalismo global do nosso descontentamento



*Imagine no possessions
I wonder if you can
No need for greed or hunger
A brotherhood of man
Imagine all the people
Sharing all the world*

*You may say I'm a dreamer
But I'm not the only one
I hope someday you'll join us
And the world will be as one*

John Lennon
«Imagine»

Os bens dos três maiores bilionários são superiores ao conjunto do PNB de todos os países menos desenvolvidos e dos seus 600 milhões de habitantes.

O acesso à Internet está disponível para as pessoas instruídas e ricas; 30 por cento de todos os utilizadores têm pelo menos um grau académico.

O preço de um computador corresponde ao rendimento que um cidadão médio do Bangladesh auferia durante oito anos e ao salário mensal de um americano médio.

A diferença de rendimento entre os 20 por cento mais ricos e os 20 por cento mais pobres da população mundial era de 74 para 1 em 1997, em comparação com 30 para 1 em 1960.

Noventa e cinco por cento de todos os casos de infecção pelo HIV verificam-se nos países em desenvolvimento.

Calcula-se que as perdas de produção causadas pela crise financeira dos países do Leste asiático (tão elogiados pelos neoliberais e pós-modernos e que não passavam de tigres de papel) entre 1998 e 2000 ascenderão a dois triliões de dólares.

O rendimento bruto das associações criminosas está calculado em cerca de 1,5 triliões de dólares por ano.

Em cerca de 80 países, o rendimento «per capita» é actualmente inferior ao de há dez anos.

Os filmes americanos correspondem a 70 por cento do mercado europeu e 83 por cento do mercado latino-americano.

São transaccionados diariamente nos mercados monetários mundiais 1,5 triliões de dólares.

Vinte por cento das pessoas de todo o mundo que vivem nos países de maior rendimento controlam 86 por cento do PIB mundial, enquanto os 20 por cento mais pobres, 1 por cento.

A teologia neoliberal deu origem a políticas de trabalho dominadas pelas relações precárias na contratação de trabalhadores. Trinta por cento dos trabalhadores chilenos não têm contratos.

A taxa de desemprego na Europa é de 11 por cento.

Fonte: Relatório do PNUD, 1998. Recolha e selecção: J. C. C. B.



«NUNCA SE FEZ TANTO DEPOIS DO 25 DE ABRIL»

«Nunca um Governo depois do 25 de Abril fez tanto pela Justiça.» A apreciação foi feita, no dia 14, em Lisboa, pelo ministro Vera Jardim, durante a alocução em que apresentou o balanço da actividade governativa nesta legislatura. O titular da pasta da Justiça, que falava no Centro de Estudos Judiciários (CEJ), fundamentou a sua afirmação aludindo aos mapas de investimento que indicam ter sido investido entre 1996 e 1999 mais de 25 milhões de contos tanto em tribunais como no sistema prisional. Um outro gráfico relativo ao investimento global na Justiça refere que de 1995 para 1999 se passou de 12 milhões de contos para uma cifra não muito distante dos 20 milhões de contos. Durante quase uma hora, Vera Jardim percorreu toda a actividade governativa entre 1995 e 1999, abordando temas tão diversos como a organização e infra-estruturas dos tribunais, reforma da justiça penal e cível, bem como da justiça de menores e de família, informatização judiciária, sistema prisional, lei de saúde mental, reforço dos meios de combate à criminalidade (PJ), desburocratização dos registos e do notariado e simplificação da vida das empresas. «Muito está feito. Vamos agora, com optimismo, olhar para o futuro (da Justiça)», disse o ministro, justificando que o atraso ou a não concretização de algumas medidas se ficou a dever à falta de um ambiente de consenso, nem sempre possível de alcançar. Muito à vontade na apreciação da performance governamental no capítulo do sistema prisional, o ministro da Justiça não deixou passar a oportunidade de frisar a



«profunda reforma» concretizada pelo Executivo socialista. «Embora submerso, em 1995, numa das suas mais graves crises, foi possível, com base num rigoroso plano de acção (...), não apenas travar como inclusive inverter o trajecto que o sistema prisional vinha trilhando», lembrou. O aumento do parque prisional (minorando o problema da sobrelotação), os planos de vacinação, substituição de drogas e distribuição de preservativos, a criação de alas livres de drogas nas cadeias, a melhoria das condições de reclusão e de trabalho dos funcionários, as novas estruturas de saúde (para tratamento da toxic dependência e das doenças infecto-contagiosas) e o desenvolvimento dos

mecanismos de flexibilização de execução das medidas detentivas, de forma a facilitar a reinserção social dos reclusos, foram alguns dos aspectos em destaque.

Excedendo expectativas

O ministro mostrou-se ainda satisfeito com a reforma em curso no sistema prisional, onde admite existir ainda algumas «zonas de que não gosta». Vera Jardim não deixou também de realçar os resultados obtidos no tratamento do «cancro dos tribunais cíveis» que era a cobrança de dívidas até 500 contos. O novo processo de injeção e a criação da respectiva Secretaria permitiram, segundo o governante, solucionar 99 por

cento dos processos em menos de dois meses, num campo em que «os resultados excederam as expectativas». O sucesso desta medida levou o ministro a anunciar que será também criada uma secretaria de injeções no Porto, a partir de Setembro, havendo projectos de alargar tal medida a outras cidades. O novo mapa judiciário que entra em vigor a 15 de Setembro, com a nova Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, foi apontado por Vera Jardim como uma «reforma sem paralelo na história judiciária dos últimos 25 anos», ao criar mais 85 novos tribunais que entram em funcionamento após as férias judiciais de Verão. Na área de Lisboa salientou terem sido tomadas medidas de emergência e que com a entrada em funcionamento do Tribunal de Loures (o terceiro maior do País), abarcando Odivelas e Sacavém, será possível aliviar o volume de trabalho dos tribunais da capital. A entrada em funcionamento do Departamento Central de Investigação e Acção Penal a 15 de Setembro, em articulação com o Núcleo de Assessoria Técnica, que já funciona há um ano, foi uma das armas apresentadas pelo ministro no combate à criminalidade organizada por parte da PJ. A aprovação do Estatuto do Ministério Público, a revisão da lei da droga, agravando as penas dos crimes de tráfico e branqueamento de capitais e aperfeiçoando o regime do agente infiltrado, a aprovação do novo regime de identificação criminal (registro criminal), a reorganização do sistema médico-penal, bem como a revisão do regime jurídico do cheque sem provisão foram outros matérias que o Governo apresentou como trabalho feito na legislatura.

PORTUGAL FINANCIAR PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Cerca de 2,3 milhões de contos (12 milhões de dólares) serão cedidos por Portugal, no próximo triénio, para valorização dos recursos humanos e promoção das condições sociais na sector da saúde de Moçambique. O protocolo de cooperação foi assinado, no passado dia 15, em Maputo, pelos ministros da Saúde de Moçambique, Aurélio Zilhão, e Portugal, Maria de Belém, que terminava uma visita de quatro dias àquele país de língua oficial portuguesa. Paralelamente, a Ordem dos Farmacêu-



ticos de Portugal e o Hospital Central de Maputo assinaram um acordo que prevê a dinamização de acções de cooperação e formação de quadros da instituição moçambicana. Maria de Belém afirmou que o acordo vai centrar-se em três áreas geográficas, na cidade de Maputo e províncias de Gaza (Sul) e Nampula (Norte), onde, «em função das necessidades identificadas, serão desenvolvidas acções com objectivo do melhoramento das condições de saúde em Moçambique». O apoio será canalizado para o Hospital Central de Nampula (Norte), o Instituto

de Ciências de Saúde da mesma província, centro de saúde de Chicumbane (Gaza), Sul, e a Faculdade de Medicina (Maputo), locais visitados pela governante portuguesa. Por seu turno, Aurélio Zilhão assegurou que Moçambique vai aproveitar estas oportunidades para formação de profissionais com vista ao melhoramento da qualidade dos serviços de saúde, que considerou «o grande desafio no futuro». O ministro afirmou, a título de exemplo, que a nível superior o país tem carências em algumas áreas de medicina em que não possui qualquer especialistas.

TRABALHO

Plano Regional de Emprego

UMA RESPOSTA PARA O ALENTEJO

Cerca de um terço das famílias alentejanas dependem ou de emprego no Estado e autarquias ou de subsídios estatais.

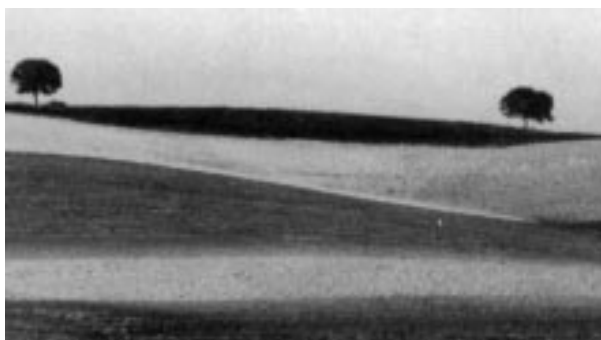
Esta informação foi divulgada, na passada sexta-feira, dia 16, em Évora pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, durante a cerimónia de assinatura dos contratos da Iniciativa Piloto de Promoção Local do Emprego no Alentejo.

Na ocasião, o governante destacou o facto de, na região alentejana, o desemprego ter baixado 12 por cento em Junho, co-responsabilizando a sociedade civil na promoção do emprego e no desenvolvimento da animação sociocultural.

O ministro frisou que o Alentejo é uma das regiões do País onde as políticas sociais têm maior impacto na sustentação dos rendimentos da população activa (cerca de 250 mil pessoas).

Ferro Rodrigues recordou que, recentemente, foram assinadas duas portarias, a primeira das quais prevê para o Alentejo «a majoração de 30 por cento dos apoios à contratação de jovens à procura do primeiro emprego, e de 50 por cento, nos apoios destinados à contratação de desempregados de longa duração e de pessoas com deficiência» e a segunda que atribui um subsídio suplementar para apoiar a criação do próprio emprego.

No que se refere à Iniciativa-Piloto de Promoção Local do Emprego no Alentejo, o Estado assinou protocolos com quatro associações de desenvolvimento regional (de Montes Claros, de Defesa do Património de Mértola, da Rota do Guadiana e do Concelho de Moura), que beneficiarão de 815 mil contos de apoio a iniciativas suas. «Se temos procurado ser claros no diagnóstico que fazemos do mercado de tra-



balho, olhando para os dados actuais com realismo, não é menos verdade que temos, também, procurado demonstrar que o País não tem um problema de emprego único, mas sim problemas distintos, com variações regionais», disse Ferro Rodrigues. Lembrou a criação dos Planos Regionais de Emprego para o Alentejo (apresentado, em Évora, por António Guterres, em Fevereiro) e para a Área Metropolitana do Porto.

A resposta do Plano Regional de Emprego, segundo Ferro Rodrigues, passa pela «articulação das políticas de protecção social», pelo atendimento pessoal e personalizado, com planos pessoais de emprego, pelas medidas específicas para atrair investimentos e pelo desenvolvimento de projectos experimentais destinados a áreas e grupos considerados prioritários.

Além de fazer um balanço positivo do PRE para o Alentejo, Ferro Rodrigues inaugurou vários equipamentos de solidariedade social do distrito.

Ainda em Évora, o ministro inaugurou o lar residencial da Cercidiana para jovens e adultos semiautónomos, participado pelo Governo em 42 mil contos.

No concelho de Estremoz, Ferro Rodrigues inaugurou o lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Evoramonte e o centro de dia da Associação de Amigos da Terceira Idade de São Loureço.

A deslocação terminou em Ponte de Sor, Portalegre, com a visita a uma acção de formação de técnicos comerciais e a assinatura de um protocolo entre o município e o IIEFP para a construção de um pólo de formação na cidade, além de inaugurar o centro comunitário da Associação Forense dos Amigos da Terceira Idade de Foros do Arrão.

Fundo de Apoio com cinco milhões de contos

O coordenador do ProAlentejo, Carlos Zorrinho, afirmou, no dia 16, em Évora, que

a criação a curto prazo do Fundo de Apoio ao Investimento na região (FAIA) será a «pedra final» para dar «consistência estratégica» ao Plano Regional de Emprego.

O camarada Zorrinho, que falava durante a cerimónia de assinatura dos contratos da Iniciativa-Piloto de Promoção Local do Emprego no Alentejo, presidida pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, disse esperar que o FAIA se assumisse como «programa ousado, capaz de romper com o nó górdio do investimento em regiões desertificadas».

O Fundo de Apoio ao Investimento no Alentejo, que prevê cinco milhões de contos para financiar a consolidação de empresas já existentes e para a criação de novas empresas, visando a aumentar a empregabilidade na região, vai basear-se no princípio do «empréstimo reembolsável», mas assumindo, à partida, a possibilidade de «prémios de eficácia» para os projectos mais empreendedores. «Tal como o Plano Regional de Emprego se assume como precursor dos programas regionais sectorizados, na mesma medida em que o ProAlentejo o foi dos programas regionais integrados, também o FAIA pode e deve antecipar um novo modelo de apoio às actividades económicas, baseado não na viabilização artificial de projectos inviáveis, mas na consolidação e sedimentação de projectos viáveis», disse Carlos Zorrinho.

Inserido no Plano Regional de Emprego, o FAIA, projecto trabalhado em conjunto pelo ProAlentejo e Instituto Emprego e Formação Profissional deverá ser formalmente criado em breve, com a publicação de portaria regulamentadora, estando apenas por definir o limite máximo dos apoios a conceder, que deverá ficar situado entre os 50 mil e os cem mil contos.

ECONOMIA

Regiões

PRODUTIVIDADE PORTUGUESA AUMENTOU

A produtividade em Portugal aumentou 10,11 por cento entre 1995 e 1997, um aumento anual de 4,93 por cento, e o maior crescimento ocorreu no Alentejo, revelam dados do INE divulgados no passado dia 16 de Julho.

A produtividade portuguesa em 1997 atingiu 3 921 contos de Valor Acrescentado Bruto (VAB) por trabalhador, segundo dados das Contas Económicas Regionais, do INE.

O maior crescimento ocorreu no Alentejo, com um aumento de 13,36 por cento (6,47 por cento em média anual) e a Região Autónoma da Madeira foi a única em que se verificou uma quebra de produtividade entre 1995 e 1997, caindo 2,76 por cento.



A produtividade madeirense aumentou 3,05 por cento em 1996, mas reduziu-se 5,64 por cento em 1997.

A produtividade, medida pelo VAB por trabalhador, alcançava em 1997 um máximo de 4 726 contos em Lisboa e Vale do Tejo, seguindo-se o Alentejo com 4 176 contos, uma situação explicável principalmente pelas elevadas produtividades atingidas no Complexo de Sines e nas Minas de Neves Corvo.

As restantes regiões tinham uma produtividade inferior à média nacional.

A produtividade do Algarve situava-se em 1997 nos 3 890 contos, a da região Norte em 3 539 contos, a da Região Autónoma dos Açores em 3 310 contos, a da zona

Centro em 3 240 contos e a da Região Autónoma da Madeira em 3 062 contos.

A seguir ao Alentejo, os maiores aumentos de produtividade entre 1995 e 1997 ocorreram no Algarve, com 12,23 por cento (um aumento médio anual de 5,94 por cento), no Norte, com acréscimo de 11,71 por cento (média anual de 5,69 por cento) e em Lisboa e Vale do Tejo, com um crescimento de 10,83 por cento (média anual de 5,28 por cento).

Abaixo do crescimento médio da produtividade situaram-se o Centro, com um acréscimo de 6,72 por cento (aumento anual de 3,31 por cento) e os Açores, com um aumento de 5,11 por cento (2,52 por cento anuais), além do caso da Madeira.

CERTIFICADO DE NOVAS TECNOLOGIAS

A partir do ano 2002 todos os jovens sairão do ensino secundário com um certificado de aptidão em novas tecnologias.

A garantia foi dada, no dia 19, em Lisboa, pelo ministro da Educação, Marçal Grilo. Além desta inovação o governante prometeu ainda uma alteração curricular em relação aos cursos tecnológicos, aproximando-os mais aos cursos profissionais.

Marçal Grilo adiantou que os diversos debates que se têm realizado ao longo dos últimos anos demonstraram que a formação tecnológica é «muito incipiente», importando que estes cursos sejam mais profissionais, mais ligados à vida activa, com melhor preparação para a entrada no mundo do trabalho.

O responsável pela pasta do ensino falava no Seminário «Educação - Tendências de Mudança», que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian.

Segundo Marçal Grilo, o outro objectivo deste Governo é que todos os jovens, dos 15 aos 18 anos de idade, estejam a estudar.

«Mais do que a escolaridade obrigatória essencial, é importante que todos os jovens estejam em formação, para continuar para o ensino superior, escola profissional, cursos tecnológicos, ou em sistemas de formação», sublinhou o governante.

Ao longo de dois dias, o «seminário do futuro», como lhe chamou Marçal Grilo, vai debater a educação do ano 2020, porque em educação «não se espera ver resultados no curtíssimo prazo», disse, numa alusão à sondagem encomendada pelo Ministério da Educação e tomada pública.

Para Marçal Grilo, os resultados das medidas aplicadas hoje não são visíveis nos próximos dois ou três anos, e o seu «curtíssimo prazo» corresponde a quatro ou seis anos, porque, em termos de educação, o médio prazo são dez anos.

Tendo por base diversos estudos de casos e temáticos, o seminário é ainda apoiado pela sondagem de opinião que, segundo o governante, demonstra que a sociedade portuguesa está muito motivada e sensibilizada para as questões da educação.



Questionado sobre os resultados da sondagem, Marçal Grilo disse, à margem do seminário, que mostram que os «portugueses entendem a educação como uma área fundamental e apreciam particularmente as medidas que foram tomadas nos últimos quatro anos, sem nenhuma reticência, umas mais do que outras».

É o caso do pré-escolar, onde se verifica uma «aprovação esmagadora daquilo que foi feito», disse, admitindo de seguida que «noutros (áreas) não será tanto».

Mas, «o fundamental é os portugueses entenderem que temos de reforçar as medidas e mecanismos de intervenção, de dar força às escolas e melhorar os mecanismos da formação de professores, quer na formação inicial quer na formação contínua» - também visados no inquérito.

Embora ressalvando não pretender fazer um balanço, Marçal Grilo considera ter havido um grande «esforço» na formação dos professores, nos últimos quatro anos, com resposta eficaz destes na formação inicial, contínua ou de especialidade, cujos resultados ainda não são visíveis, porque não o podem ser a «curtíssimo prazo».

Em relação ao facto de as medidas tomadas pelo ministério da 5 de Outubro não

serem visíveis para os inquiridos na sondagem, Marçal Grilo justificou-o com um *marketing* deficiente, já que - ressaltou - «todos os que mostraram conhecê-las consideram-nas positivas, na sua maioria».

O ministro disse ainda aos jornalistas que, mesmo não fazendo um balanço do seu trabalho, teve condições para actuar e actuou na escolaridade obrigatória, no pré-escolar e nas infra-estruturas.

Outras áreas intervenionadas foram a reorganização do profissional, a reorganização/autonomia/flexibilização e a avaliação do ensino superior, a reestruturação dos esquemas de formação profissional e «sobretudo na área da dignificação da função docente, quer do ponto de vista do não superior como do superior».

Para Marçal Grilo, a formação de base, visando a criação de perfis mais amplos, ao nível da formação da personalidade e do carácter, capaz de se assumir com maior responsabilidade, iniciativa e bons relacionamentos com os outros, é um princípio fundamental na Educação.

A formação pré-escolar, decisiva para o aumento do sucesso escolar no médio prazo, 2º ciclo, é outra meta que o ministro quer atingir.

Finalmente, Marçal Grilo disse continuar a defender que a escolaridade obrigatória se estenda um ano além do 9º.

Em relação às novas tecnologias, consideradas deficitárias na sondagem, o titular da pasta da Educação garantiu que constituem grande prioridade do Governo e que, apesar do muito que já se fez, é preciso dar um «salto qualitativo», inclusive na alteração de mentalidades.

Passar férias em laboratórios...

Para dar seguimento a todas estas ideias e a «curtíssimo prazo», 440 estudantes do ensino secundário vão passar as férias em laboratórios, a trabalhar como cientistas, numa iniciativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT).

A terceira edição do programa «Ciência Viva nas Férias» foi apresentado recentemente no Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto, uma das 40 instituições de investigação científica que este ano participam na acção.

O «Ciência Viva nas Férias» é um projecto que pretende contribuir para melhorar a educação científica e proporcionar aos estudantes uma oportunidade de aproximação à realidade do trabalho de investigação científica.

De acordo com o MCT, o programa de Ocupação Científica de Jovens nas Férias, iniciado em 1997, já abrangeu 386 alunos e 26 instituições de investigação científica.

A execução deste programa inicia-se com a formalização de um convite às unidades de investigação para a apresentação de propostas de acções a realizar.

A candidatura dos alunos é feita através do contacto dos professores com cada instituição.

O processo culmina com a avaliação das acções e do desempenho dos participantes (alunos e investigadores).

A edição deste ano reúne instituições espalhadas nomeadamente por Braga, Porto, Aveiro, Covilhã, Coimbra, Lisboa, Faro, Funchal e Ponta Delgada.

RECEITAS FISCAIS CUMPREM METAS PREVISTAS

Num comunicado, o Ministério das Finanças salienta que «concluído o primeiro semestre do corrente exercício, os valores apurados da receita fiscal (2 363,2 milhões de contos) e sua evolução ao longo do período indiciam, até agora, um cumprimento das metas orçamentais contidas no OE/99, muito próximo do do exercício transacto».

O Ministério das Finanças revela que «a taxa de realização orçamental acumulada de Junho de 1999 é de 50,05 por cento,

contra 50,18 por cento no período homólogo de 1998».

Em termos genéricos, o Ministério das Finanças destaca «uma taxa de crescimento nominal da cobrança de 10,3 por cento, muito superior à estimativa de crescimento nominal do PIB, o que é de imputar, na sua parte excedente, a aumentos de eficiência fiscal».

Por outro lado, refere o comunicado, «continua a verificar-se um excelente comportamento dos impostos indirectos, com especial relevo para o IVA».

Champalimaud/BSCH

Entretanto, a propósito de uma informação incorrecta sobre a comunicação às autoridades portuguesas do acordo Champalimaud/Banco Santander Central Hispano (BSCH), contida em material informativo assinado por Tom Burns e Peter Wise na edição do «Financial Times» do dia 16 de Julho, o Ministério das Finanças numa nota à Comunicação Social emitida no mesmo dia «esclarece que o referido acordo foi assinado pelas partes às 10 horas da ma-

nã do dia 7 de Julho, sendo o seu conteúdo apenas comunicado por Luís Champalimaud ao ministro às 16 horas daquele mesmo dia».

A nota do Ministério das Finanças refere ainda que «também as autoridades de supervisão portuguesas foram informadas do negócio durante a tarde do dia 7 de Julho». Assim, «fica evidente que, ao contrário do que é noticiado, a comunicação só ocorreu depois da celebração do acordo, ficando o dever de informação previsto na lei em claro incumprimento».

J. C. C. B.

SEGURANÇA SOCIAL

Fiscalização de faltas

«BAIXAS» FRAUDULENTAS COM OS DIAS CONTADOS

O combate às «baixas» fraudulentas vai continuar, incentivado pelos primeiros resultados do novo procedimento de incapacidade temporária, com a redução em seis dias de cada atestado por beneficiário. A garantia dada, no dia 7, em Lisboa, pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, durante a cerimónia de apresentação do balanço da Implementação do Novo Procedimento de Incapacidade Temporária, na qual se fez acompanhar pela ministra da Saúde, Maria de Belém. Ferro Rodrigues considerou a redução do número de dias de cada atestado por beneficiário, durante os três primeiros meses deste ano e em relação a período homólogo de 1998, como «o dado mais im-



portante» e a prova de que o processo tem «resultados muito positivos, com virtualidades de demonstração». «Trata-se de um processo exemplar que, partindo de uma situação de descontrolo em que

as baixas se encontravam, se avançou primeiro para a experimentação, seguindo para uma maior responsabilização e uma partilha racional entre os ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Saúde», frisou. Por outro lado, adiantou o governante, aos doentes cabe agora um papel mais activo no processo, além de se dispensarem as consultas aos médicos de família para passar «baixa» ou ter «alta». Consciente de que o número de dias subsidiados nos primeiros três meses deste ano, em relação ao primeiro trimestre de 1998 (menos 3,8 milhões), significa uma redução significativa das «baixas» fraudulentas, Ferro Rodrigues prometeu que o combate vai continuar, frisando que esta diminuição «também tem efeitos sobre a imagem da própria

classe médica». O Ministério da Saúde também reconhece virtudes neste sistema, sobre o qual Maria de Belém considera existirem «resultados motivadores». Esta satisfação deve-se, essencialmente, ao facto de o atestado se apresentar mais digno e ser assumida uma maior responsabilidade da parte de quem o emite. «Se por um lado a Segurança Social pode gastar menos e melhor, dados os resultados obtidos, a Saúde pode aumentar a acessibilidade e orientar a despesa para a melhoria da qualidade», adiantou a ministra. A diminuição de 3,8 milhões de dias subsidiados correspondeu a menos 4,8 milhões de contos de despesa com subsídio de doença.

DESENVOLVIMENTO

Estudo revela

DISPARIDADES REGIONAIS REDUZIRAM-SE

Portugal é hoje um país mais coeso do ponto de vista económico e social, em virtude de as disparidades regionais se terem reduzido nas últimas três décadas. Segundo o índice Composto de Desenvolvimento Humano utilizado pelo Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, as condições de vida nas regiões mais desfavorecidas do interior melhoraram muito mais rapidamente que nas grandes cidades do litoral ao longo das últimas três décadas. No entanto, os habitantes de Lisboa e do Porto continuam no «top» no que concerne aos melhores índices de desenvolvimento. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social para 2000/2006, entre 1970 e 1995, as disparidades regionais reduziram-se em 47 por cento.

Sociedade de mercado? Não, obrigado

Falando no Porto no dia 12, o ministro do Equipamento, João Cravinho comentou os indicadores relativos a Portugal no relatório deste ano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), chamando a atenção para o facto de serem os investimentos na educação e no saneamento básico os principais responsáveis pela melhoria portuguesa no relatório do PNUD deste ano. Por outro lado, João Cravinho realçou as virtualidades da globalização, mas alertou que, se Portugal se ficar por aí, será cada vez mais desigual e injusto. «Economia global de mercado, sim; sociedade de mercado, não», defendeu.

J. C. CASTELO BRANCO

ILHAS

Madeira

AUTONOMIA RENOVADA

O Dia da Região Autónoma da Madeira (RAM) foi assinalado este ano com a aprovação, na Assembleia da República, de um novo Estatuto de Autonomia Político-Administrativa. Para saudar o facto, os deputados socialista eleitos pelo círculo madeirense Isabel Sena Lino e Arlindo Oliveira apresentaram uma declaração de voto ao Parlamento em que realçaram a aprovação por unanimidade de 99,9 por cento dos artigos do referido Estatuto, aquando da discussão deste documento em sede de especialidade da primeira Comissão. «Só não mereceu acolhimento a criação dos círculos eleitorais fora da Região, para

residentes no estrangeiro e residentes no continente», lamentaram os parlamentares. Apesar deste revés, Isabel Sena Lino e Arlindo Oliveira deixaram claro que, «de qualquer forma, a RAM está de parabéns», manifestando visível agrado pelo facto do Parlamento ter escolhido o dia da Região para lhe oferecer o Estatuto com «um regime autonómico mais avançado e aprovado por unanimidade». «Está de parabéns a Assembleia da República porque interpretou os anseios legítimos da Assembleia Legislativa Regional da Madeira em nome das populações da Madeira e do Porto Santo», declararam os deputados socialistas.

M.R.

PARLAMENTO

BSE

REPÚDIO AO EMBARGO DE CARNE PORTUGUESA

O deputado socialista António Martinho repudiou categoricamente a decisão de prolongamento por mais seis meses do embargo à carne de bovino portuguesa por parte da Comissão Europeia, manifestando total solidariedade e apoio ao Executivo PS. «O Governo, através do ministro da Agricultura, demonstrou, mais uma vez, firmeza e determinação, ao anunciar uma acção contra a Comissão Europeia. Felicitamo-lo por essa atitude corajosa. Esta é mais uma atitude em defesa dos interesses nacionais», afirmou convicto o parlamentar socialista que intervinha, no dia 14, na reunião da Comissão Permanente. A unidade à volta das medidas governativas desenvolvidas em Portugal no caso da «crise das vacas loucas» e a condenação da atitude infundada do mercado comunitário são justificadas por António Martinho com duas linhas argumentativas. Em primeiro lugar, «porque o actual Governo tomou medidas atempadas para combater de forma persistente e eficaz a BSE, aplicou todas as medidas aprovadas pela União Europeia e antecipou até a entrada em vigor de algumas dessas medidas», referiu, acrescentando que «uma segunda ordem de razões é a que consiste numa atitude, por parte do actual Executivo, de total transparência no tratamento desta questão e de absoluta informação à opinião pública em geral, designadamente, aos consumidores e aos criadores». Frisando atitudes pouco claras dos que, antes da tomada de posse da administração socialista, detinham responsabilidades no sector pecuário, o deputado do GP/PS declarou que «foi este Governo e não outro que aprovou e tem vindo a pôr em prática um conjunto de medidas de combate à BSE, de uma forma determinada, transparente e eficaz». Neste sentido, António Martinho lembrou que

o Programa de Erradicação da BSE em Portugal foi considerado um «luxo sanitário» por responsáveis europeus e mereceu aprovação e aplauso de membros da comunidade científica nacional. «As próprias missões veterinárias da União Europeia têm feito recentemente uma avaliação positiva a este programa», notou. Depois de fazer um breve sumário das medidas implementadas pelo Executivo liderado pelo camarada António Guterres, o parlamentar socialista destacou aquilo a que chamou a «diferença abissal» entre a atitude do Governo PS e a atitude da administração laranja. É que, «se este Governo agiu sempre com total transparência, o anterior, da responsabilidade do PSD e que integrava Durão Barroso, sonegou informação, escondeu casos de BSE comprovados e só tomou algumas medidas de forma tímida e tardiamente». «Sabem os senhores deputados quando foi detectado o primeiro caso de BSE em Portugal?» questionou António Martinho, respondendo de imediato: «Em Junho de 1990», numa alusão à tardia resposta do Executivo de Cavaco Silva que só tomou as primeiras providências quatro anos depois. Citando o actual líder laranja na sua recente afirmação sobre o caso das vacas loucas, o parlamentar do PS recordou a ocasião em que Durão Barroso afirmou que um embargo como o que o País vive actualmente nunca aconteceria com uma governação do PSD. Segundo António Martinho, o testemunho de Barroso «soa a falso, a puro eleitoralismo, não condiz com a ausência de medidas, no tempo em que o PSD era Governo e o seu actual líder ministro». Ao terminar a sua intervenção o deputado socialista considerou «inqualificáveis» e desprovidos de qualquer sentido os ataques laranja ao Executivo de António Guterres.

MARY RODRIGUES

APOIOS FINANCEIROS PARA 36 ARQUIVOS MUNICIPAIS

Cerca de quatro dezenas de municípios usufruirão, este ano, de um financiamento especial para os seus serviços de arquivo documentais.

O ministro da cultura, Manuel Maria Carrilho, anunciou, no passado dia 19, na Torre do Tombo, em Lisboa, que 36 edificações serão contempladas com 330 mil contos do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM).

Na ocasião, Carrilho era acompanhado por Bernardo Sousa, presidente do Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), o organismo responsável pelo lançamento do projecto que, no ano passado, só abrangeu cinco câmaras.

Bernardo Sousa referiu que o acordo entre o IAN/TT e as câmaras implica uma partilha de responsabilidades que permitirá aos municípios beneficiarem de apoio financeiro para a instalação dos arquivos

e técnico para o tratamento dos seus fundos documentais.

Para o titular da pasta da Cultura, «esta iniciativa é também uma prova do grande empenho ao nível da descentralização cultural, o que é uma novidade em termos de política de gestão documental».

Na região de Lisboa, apenas os municípios de Cascais, Loures, Sintra e Torres Vedras vão ser apoiados pelo PARAM.

No Porto, estão presentes, além da capital do distrito, Amarante, Penafiel, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Valongo e Póvoa de Varzim, ou seja, quase o dobro da capital. Os restantes encontram-se espalhados pelo resto do País. A região norte é, no entanto, largamente maioritária: Braga, Celorico de Basto, Covilhã, Freixo, Guimarães, Mirandela, Murça, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Ribeira de Pena e Seia, encontram-se contemplados.

No centro, além das câmaras lisboetas,

também os municípios da Marinha Grande, Montijo, Pedrógão Grande, Seixal, Ourém (único município de Santarém), Sertã e Vale de Cambra vão ter acesso ao dinheiro do PARAM.

A região sul é representada por Sesimbra, Silves, Lagoa, Mértola, Tavira, e Vila Real de Santo António.

O ministro salientou ainda o carácter de «reforço da parceria com o poder autárquico» presente no programa, considerando-o um dos «parâmetros de desenvolvimento do País».

Bernardo Sousa referiu que, este ano, «contactaram o IAN/TT 70 municípios, dos quais 40 formalizaram a candidatura ao programa».

Para o presidente do IAN/TT, as razões da escolha «tiveram em conta aspectos de carácter técnico, patrimonial e financeiro». «No ano passado, o projecto iniciou-se de forma perscrutante, mas agora tem outras

ambições», considerou Manuel Maria Carrilho.

Ambições que vão fazer com que, no prazo de dez anos, sejam gastos cerca de seis milhões de contos na rede de arquivos municipais, segundo informou o governante.

«A este valor, acrescem mais dois milhões de contos reservados no âmbito do Quadro Comunitário, que irão permitir sustentar um desenvolvimento global e equilibrado do programa durante os próximos anos», acrescentou Manuel Maria Carrilho. Com efeito, o PARAM insere-se num projecto mais abrangente, que visa a integração dos arquivos municipais na Rede Nacional de Arquivos.

É com este reforço do «apoio financeiro, quer a nível central, quer a nível distrital», que o «Ministério da Cultura pretende salvaguardar a memória colectiva de cada região», que os arquivos representam.

ESTREITAR OS LAÇOS DA COOPERAÇÃO

A visita oficial do ministro da Cultura português, Manuel Maria Carrilho, a Cabo Verde será «o momento para fazer a avaliação da cooperação» existente, disse o seu homólogo cabo-verdiano.

António Jorge Delgado falava a propósito da deslocação, de 21 a 25 de Julho, de uma delegação do Ministério da Cultura de Portugal a Cabo Verde, durante a qual haverá um encontro de escritores, espectáculos musicais e será inaugurada a XV edição da Feira do Livro.

«Os protocolos existentes na área da cultura entre Portugal e Cabo Verde têm funcionado multíssimo bem e são bastante abrangentes, mas talvez venha a haver uma actualização dos instrumentos de cooperação», admitiu o governante cabo-verdiano.

Sobre os projectos que Portugal tem apoiado, através do Ministério da Cultura e de outros departamentos governamentais no âmbito da cooperação bilateral, Delgado enumerou a recuperação patrimonial da Cidade Velha, do antigo presídio do Tarrafal e da réplica da Torre de Belém, entre outros.

«Há também vontade de contribuir na área do artesanato e da música», afirmou, especificando que Portugal poderá apoiar tecnicamente a criação de uma escola de artesanato e de uma de música.

«É a visita de um amigo que tem percebido que temos um património comum a

desenvolver», declarou o governante cabo-verdiano referindo-se a Manuel Maria Carrilho.

O ministro português chegou ontem à tarde a Cabo Verde, assistindo nesse dia na Cidade da Praia a uma sessão cultural no Palácio da Cultura.

Para hoje, quinta-feira, estão previstas visitas à Cidade Velha - a primeira urbe construída pelos portugueses fora da Europa -, em que o arquitecto Álvaro Siza Vieira, autor de um projecto de recuperação do local, é um dos elementos da comitiva, e ao Arquivo Histórico Nacional, além da inauguração de uma exposição de fotografia de Inês Gonçalves, denominada «Cabo Verde».

Encontro de escritores

Deslocação ao Tarrafal e visita ao Museu da Tabanca fazem parte do programa de sexta-feira, que termina com um encontro de escritores subordinado ao tema «O escritor enquanto jornalista e cronista», em que participam Germano Almeida, António Mega Ferreira, Catarina Fonseca, Inês Pedrosa, José Vicente Lopes e Manuel António Pina.

No sábado, penúltimo dia da visita, Carrilho vai conhecer a Biblioteca Nacional e o Museu Etnográfico, na capital, assistindo à tarde à inauguração da XV Feira do Livro. A noite está programado um espectáculo musical pelo Coro dos Anti-

gos Orfeonistas da Universidade de Coimbra, em que participa Ildo Lobo.

A presença dos antigos Orfeonistas integra-se na deslocação do grupo a Cabo Verde, que se prolonga até 28 de Julho,

durante a qual oferecerão cerca de cinco mil contos portugueses em medicamentos, material escolar e didáctico, recolhidos por muitos dos elementos do Coro.



Originais de António Colaço

Exposição Perto do Princípio

Apoio: Junta de Freguesia de Mação

Sábado, 24 de Julho
10 às 13 horas na aldeia deserta de Chão do Brejo, Concelho de Mação

A exposição é acompanhada com uma emissão em directo da Rádio Antena Livre de Abrantes

...Há sítios assim, Deus tão longe e o céu aqui tão perto, ao alcance da nossa mão, sem mancha de pecado, sem a exigência de uma qualquer purificação. Neste Chão do Brejo, deixa que se levanten do chão todos os teus desejos.



Angra do Heroísmo

Câmara multa até 500 contos quem fizer lixeiras

A Câmara de Angra do Heroísmo continua a sua batalha por um melhor ambiente. Assim, o combate às pequenas lixeiras existentes no concelho de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, vai ser intensificado, através da aplicação de multas até 500 contos.



Segundo o presidente dos serviços municipalizados, José Pedro Cardoso, que falava em conferência de Imprensa no dia 16, grande parte da população já respondeu ao apelo do departamento de recolha de lixo para que não sejam criadas pequenas lixeiras, mas muitos ignoram a mensagem e terão de ser penalizados pela fiscalização.

José Pedro Cardoso indicou que só no início deste ano, entre as freguesias dos Altares e São Mateus, foram recolhidas 1 200 toneladas de lixo em pequenas lixeiras. Para o combate às pequenas lixeiras do concelho de Angra do Heroísmo vão ser articuladas escalas de trabalho entre brigadas de fiscalização, envolvendo os serviços municipalizados, a delegação da ilha Terceira da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e os serviços de Florestas e Ambiente.

Alargar as áreas de fiscalização

Com esta articulação, acrescentou José Pedro Cardoso, vai ser possível «rentabilizar os meios humanos sem sobreposição de actividades, mas fundamentalmente alargar o âmbito das áreas de fiscalização diária».

Referiu que os serviços municipalizados gastam anualmente 20 mil contos no combate às lixeiras.

O responsável pelos serviços municipalizados de Angra anunciou, por outro lado, um investimento de 72 mil contos na pavimentação dos acessos ao aterro sanitário da ilha «com o objectivo da população não ter desculpas para ali depositar o lixo».

José Pedro Cardoso apelou, ainda, à utilização da linha verde dos serviços municipalizados por parte da população.

Cascais

Obras de 50 mil contos em arruamentos de Manique

A Câmara de Cascais gastou 50 mil contos (250 mil euros) em obras de construção e arranjo de arruamentos nas localidades de Manique de Baixo e Carrascal de Manique.

Segundo o vereador socialista Umberto Pacheco, esta localidade era «das mais degradadas» do concelho, com esgotos a correr no meio das ruas.

Construídos novos arruamentos, acabou-se com as «ruas de terra e com o cheiro pestilento, um perigo para a saúde», referiu.

Além dos arranjos nos arruamentos, construiu-se também um sistema de drenagem de águas pluviais e ligações de esgotos domésticos ao colectador público.

Faro

Cidade vai ter piscina coberta

O complexo municipal de piscinas de Faro vai ser reforçado com a construção de uma piscina coberta, a qual garantirá à população da capital algarvia a prática da natação durante todo o ano.

Com a construção desta piscina semi-olímpica, cujo custo ascende a mais de 400 mil contos, Faro vê reforçado o seu parque de equipamentos desportivos.

Lisboa

Passeios de Verão para idosos

À semelhança de anos anteriores, a Câmara Municipal de Lisboa está a promover a iniciativa «Passeios de Verão», entre Julho e Setembro.



Nas modalidades de «Cruzeiros no Tejo» e «Visitas por Lisboa», este evento é dirigido a todos os munícipes com mais de 60 anos e tem por objectivo incrementar o convívio entre este grupo etário, bem como a redescoberta da cidade.

IV Dia do Táxi

No âmbito das comemorações do IV Dia do Táxi, o presidente da Câmara de Lis-

boa, João Soares, ofereceu no sábado passado, dia 17, uma recepção aos profissionais de táxi, nos Paços do Concelho.

Com o objectivo de criar um ambiente de festa e convívio, foi servida uma refeição volante e organizada uma tarde de animação musical na Praça do Município.

Ovar

Cartão Municipal do Idoso

A Câmara de Ovar instituiu o Cartão Municipal do Idoso que entrará em vigor em 1 de Janeiro de 2000 e regulamenta o uso do referido cartão para acesso a importantes descontos, tais como 50 por cento no consumo de água, na taxa de saneamento, nos resíduos sólidos urbanos e na piscina municipal.



Além disso, o idoso terá acesso gratuito às iniciativas camarárias culturais, desportivas e recreativas, bem como a programas de turismo promovidos pela autarquia.

Porto

Obras do túnel Fernão Magalhães

No passado sábado, dia 17, o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, acompanhado de vereadores e técnicos, efectuou uma visita às obras do túnel entre a Av. Fernão Magalhães – Praça das Flores.

Analisar o andamento das obras, apresentar o esquema de trânsito após a abertura do túnel, anunciar o início das obras da Av. 25 de Abril e o realojamento de todas as famílias que vivem nas «roulottes» junto à Praça das Flores foram os objectivos desta visita de trabalho do presidente da Câmara.

Sintra

Edite Estrela em Queluz

Verificar «in loco» os problemas e contactar as populações ouvindo-lhes os anseios tem sido uma das preocupações de Edite Estrela.

Neste âmbito, a presidente da Câmara

Municipal de Sintra visitou no dia 16, uma vez mais, a Freguesia de Queluz, que embora apresente hoje uma menor área territorial, continua a ser objecto de um grande investimento por parte da autarquia e da Administração Central.



Uma semana antes da sua deslocação, Edite Estrela enviou uma carta a todos os residentes da Freguesia de Queluz dando conta da sua visita de trabalho, disponibilizando-se para receber todos os cidadãos que tiverem entretanto feito a sua marcação prévia.

Vila Real de S. António

Campeonato do Mundo de Atletismo

Pelo menos seis selecções de atletismo, num total de 250 atletas, técnicos e dirigentes, vão estagiar no Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António antes de entrarem em competição no Campeonato do Mundo, que se realiza em Sevilha, Espanha, no final de Agosto.



Iniciativa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, que começou a erguer este equipamento há cerca de 10 anos, o Complexo Desportivo Municipal inclui pavilhão desportivo, diversos polidesportivos e «courts» de ténis, estádio com campo de futebol relvado, dois campos de futebol relvados, pista de atletismo com piso sintético, campo de treino de lançamentos e pista de crosse.

Nos últimos seis meses, a autarquia investiu cerca de 50 mil contos no melhoramento do equipamento e na sua promoção junto dos organismos nacionais e internacionais.

PS JÁ ESCOLHEU CABEÇAS-DE-LISTA

O ministro do Planeamento, João Cravinho, será o cabeça-de-lista socialista por Aveiro nas próximas eleições legislativas, enquanto em Braga a liderança caberá ao presidente da autarquia bracarense, Mesquita Machado.

O número um da lista do Porto será o presidente da edilidade portuense, Fernando Gomes.

Ainda no Norte do País, o presidente da Câmara de Melgaço, Rui Solheiro, encabeçará a lista de Viana do Castelo, e o secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, Armando Vara, será o primeiro da lista de Bragança.

Ainda em Trás-os-Montes, mas no círculo de Vila Real, o cabeça-de-lista será o secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, Vítor Ramalho.

Na região centro, a lista de Coimbra será liderada pelo actual vice-presidente da Assembleia da República Manuel Alegre, a de Viseu por José Junqueiro, vice-presidente do grupo parlamentar, a da Guarda por Maria do Carmo Borges, presidente da autarquia guardense e a de Castelo Branco pelo primeiro-ministro e secretário-geral do PS, António Guterres.

Em Leiria, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues encabeça a lista socialista daquele círculo e o antigo



líder parlamentar do PS Jorge Lação será o primeiro em Santarém.

O presidente da Assembleia da República e presidente do PS, Almeida Santos, vai liderar a lista lisboeta, a qual terá como número dois o ministro dos Negócios Estrangeiros e Defesa Nacional, Jaime Gama. Nesta lista ficará também o ministro da Economia, Pina Moura.

Mais a sul, em Setúbal, o primeiro lugar da lista socialista será ocupado pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho.

Nos círculos alentejanos, Miranda Calha, secretário de Estado do Desporto, será o primeiro por Portalegre, Capoulas Santos, ministro da Agricultura, liderará Évora e Rui Cunha, secretário de Estado da Inserção Social, encabeçará Beja.

Para primeiro por Faro, o escolhido é José Apolinário, secretário de Estado das Pescas.

O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros Medeiros Ferreira está indicado para os Açores e o líder do PS madeirense, Mota Torres, será o primeiro da lista da Madeira.

Caio Roque, chefe de gabinete do Secretário de Estado das Comunidades, será o cabeça-de-lista pelo círculo da Europa e o deputado Carlos Luís liderará a lista de Fora da Europa.

GONDOMAR

Carta de Alberto Silva

O camarada Alberto Silva, presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Gondomar, enviou uma carta aos cidadãos do concelho, na qual agradece a «confiança depositada no PS» nas eleições europeias, lembrando que «em todas as freguesias de Gondomar – pela primeira vez após o 25 de Abril – o PS obteve a maioria» e ainda que «os gondomarenses deixaram o PSD a mais de 15 por cento de distância».

Confiança no PS

Considerando que «estes resultados são conseguidos num concelho em que a gestão autárquica de Valentim Loureiro/José Oliveira promove a política espectáculo à custa dos dinheiros públicos», o líder do PS/Gondomar conclui que a população do concelho quis nestas eleições marcar de forma muito clara «a confiança nas ideias, nos projectos e na acção governativa do PS» e ainda «confiança nos dirigentes socialistas de Gondomar que, paulatinamente, vão criando as estruturas necessárias para desenvolver uma política que responda qualitativamente às exigências sociais dos gondomarenses».

Jorge Coelho congratulou-se com as melhorias que vão resultar dos diversos empreendimentos em curso na região de Setúbal, desde a travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril à construção do Metro Sul do Tejo e à aposta no desenvolvimento turístico da península de Tróia, por intermédio do grupo Sonae.

O cabeça-de-lista do PS fez também questão de enaltecer as políticas sociais do executivo de António

Guterres e lembrou que, durante a governação do PS, o desemprego no distrito de Setúbal «baixou 27 por cento», ou seja, há «menos 14 mil desempregados do que há quatro anos».



Governos do PSD só viam betão à frente

As políticas sociais foram, justamente, o ponto de partida para o candidato socialista estabelecer algumas diferenças entre os governos do PS, com as questões sociais e da solidariedade como preocupação central, e dos governos anteriores do PSD, que disse não terem sensibilidade para resolver os problemas dos cidadãos, porque «eram cegos e só viam betão à frente».

As palavras de Jorge Coelho foram testemunhadas, entre outros, por vários governantes, os ministros Ferro Rodrigues e Pina Moura e o secretário de Estado Consiglieri Pedroso, bem como pelos autarcas João Soares, Edite Estrela e o anfitrião Mata Cáceres.

Quando já passava da meia-noite, Jorge Coelho foi surpreendido por alguns camaradas mais atentos que não deixaram passar em claro a sua data de aniversário, cantando-lhe os «Parabéns». A fraternidade socialista é assim.

Antes disso, já o cabeça de lista do PS por Setúbal tinha prometido que o comício de encerramento da campanha eleitoral do PS será na capital sadina, na Praça do Bocado, com a presença do camarada António Guterres em 8 de Outubro.

SETÚBAL

Jantar com Jorge Coelho

O cabeça de lista do PS por Setúbal às próximas eleições legislativas, camarada Jorge Coelho, afirmou no dia 17 que o desemprego «vai continuar a ser uma preocupação central dos socialistas» e prometeu não dar descanso aos ministros do futuro Governo na defesa dos interesses da região.

Falando num jantar de apresentação da candidatura, que decorreu no Pavilhão do Clube Naval Setubalense com a presença de mais de 1500 pessoas, Jorge Coelho defendeu que a melhoria da qualidade de vida da população do distrito também depende do combate ao desemprego e mostrou-se convicto de uma nova vitória dos socialistas nas eleições legislativas de 10 de Outubro.

Embora confiante num bom resultado eleitoral, Jorge Coelho apelou ao trabalho empenhado de todos os militantes do partido e da Juventude Socialista para que o PS consiga, de facto, «uma maioria absoluta de votos e de deputados eleitos por Setúbal».

PERSPECTIVA

Manuel Alegre

PR CONQUISTOU A CONFIANÇA DO PAÍS



Há em Portugal uma forte tradição governamentalista, agravada por meio século de ditadura e concentração de poder no chefe do executivo. A cultura do equilíbrio de poderes custa a enraizar. Não foi por acaso que Cavaco Silva tentou presidencializar o cargo de primeiro-ministro e desvalorizar os outros órgãos do Estado, olhados como «forças de bloqueio». Nem que as eleições para deputados, ao arripio da Constituição, tenham vindo a transformar-se em eleição directa do primeiro-ministro. Nem é por acaso que os «media» quase só falam do Governo. A complexidade dos problemas exige uma crescente informação e capacidade técnica de que só os executivos podem dispor. A tecnocracia e a mediocrazia tendem a sobrepor-se à morosidade da democracia. A hipervalorização do executivo, em detrimento dos outros órgãos de soberania, é uma das causas da chamada «crise do sistema de representação». A democracia tem que ser reinventada.

No nosso sistema constitucional, a chave é o Presidente. Não só pelos poderes que detém (direito de veto, nomeação e destituição do primeiro-ministro, dissolução da Assembleia da República, comando supremo das Forças Armadas), como pela magistratura de influência que, pelo facto de ser eleito por sufrágio directo, pode exercer. Ele é o garante. Ou, como disse Mário Soares, a válvula de segurança do siste-



ma. Sem subestimar as outras, sempre considere a eleição presidencial o momento decisivo para o funcionamento do regime.

A direita tem um problema: nunca conseguiu eleger um Presidente, não tem uma figura tutelar como Mário Soares, nem me parece que possua um candidato capaz de bater-se com Sampaio. Não apenas por ser muito difícil derrotar o Presidente que está. Mas pela própria personalidade do

actual. Ele derrotou Cavaco Silva. E vencerá qualquer outro candidato da direita. Porque é um bom Presidente e porque, sendo uma das referências da esquerda, tem sabido ser Presidente de todos os portugueses. Pela sua isenção, pelo seu escrupulo, pelo seu rigor moral e político. Ainda recentemente, na marcação da data das eleições legislativas, escolheu, contra a opinião do PS, a que lhe pareceu favorecer a maior participação dos cidadãos no

acto eleitoral. E decidiu bem.

Surge agora a disponibilidade de Francisco Balsemão. É salutar. Mas ele já perdeu três oportunidades: contra o segundo mandato de Ramalho Eanes, contra a primeira candidatura de Mário Soares e contra a candidatura de Jorge Sampaio. Teria sido um bom candidato da AD, muito melhor que Soares Carneiro e talvez, na altura, mais abrangente que Freitas do Amaral. E seria porventura preferível a um Cavaco Silva que encarou a candidatura como uma expiação. Não sei se quem perdeu três oportunidades terá uma quarta. Não sei se quem não conseguiu convencer os seus e vencer no seu próprio campo, quando as condições eram propícias, conseguirá convencer agora os portugueses e vencer um Presidente que conquistou a confiança do país. Acresce que, ao contrário do que já vi escrito, Sampaio tem a seu favor não só o ser Presidente mas constituir uma referência de toda a esquerda, com uma influência que hoje se estende a outros sectores. Com Balsemão acontece o inverso. Talvez ele tenha simpatias no centro-esquerda, mas não é certo que seja uma referência unificadora do seu próprio campo. Nem sequer do PSD. É talvez tarde para Balsemão. Com amizade o digo. Ou ainda cedo. Só mobiliza os outros quem mobiliza os seus. É por isso que Jorge Sampaio vai ser eleito outra vez.

In «Expresso»

GUERRA

Edite Estrela

NÃO REPETIR ANGOLA EM TIMOR



O olhar era triste e a voz sussurrada. Não teria mais de 16 anos e parecia conformado com a sua má sorte de gravemente ferido pelos homens que fazem a guerra. Estava no hospital, mas havia três dias que não lhe mudavam o penso da ferida purulenta e a comida chegava, quando chegava, pela mão dos amigos. Muda o plano, mas não o drama. A câmara vai mostrando mais um jovem, outro e outro. A mesma situação, o sofrimento que se adivinha, idêntica resignação, como se tivesse de ser assim e não pudesse ser de outro modo. Jovens estropiados, chagas expostas, o tratamento que tarda, os remédios que faltam, a comida que escasseia. Não aguentei mais e desliguei o televisor. Foi há cerca de quinze dias, mas aquelas imagens dos jovens angolanos não mais me abandonaram. Perseguem-me e incomodam-me.

Há imagens, cheiros e sabores que, por diferentes razões, se apoderaram de nós, se entranham na pele e se infiltram no sangue.

É certo que também guardo de África a memória dos sentidos estimulados pela magia do lugar prenhe de cores e odores únicos. Mas, infelizmente, toda a moeda tem duas faces inseparáveis como as páginas de uma folha. Há sempre outros ângulos de visão e diferentes perspectivas de entendimento. Nem tudo é simples e linear. O bem e o mal coexistem lado a lado. As memórias de Angola sentida e vivida por mim, bem como as imagens disfóricas da reportagem televisiva vão desfilando na minha cabeça acompanhadas pelas vozes dos poetas, no disco «Por Timor». Angola e Timor, duas histórias com pontos comuns, mas também com as indispensáveis diferenças.

Não pertenço ao grupo das pessoas sensíveis de que fala Sophia de Mello Breyner, que não têm coragem de matar uma galinha, mas são capazes de cometer as maiores atrocidades contra o próximo. Por isso senti, e ainda sinto, revolta e raiva perante a dor dos meninos de Angola. Que fazer para devolver o brilho aos seus olhos mortícos? Que fazer para que os nossos ir-

mãos de Língua possam finalmente viver em paz, em Angola e em Timor?

Recordo tudo isto a propósito de dizerem que a guerra pode ser uma «solução» para o conflito angolano. Pode ser que haja um só «responsável» pelo «desrespeito» e «violação» dos acordos de Alvor, Bicesse e Lusaca, como parece ser a opinião do Governo e das oposições. Pelas responsabilidades que uns e outros detêm e pelas funções que desempenham e desempenharam, quero crer que têm razão. Aliás, não deve ser mera coincidência esta ser das poucas matérias consensuais em período de pré-campanha eleitoral. Reconheço que não pode haver certezas nem receitas para assuntos de tanta complexidade e melindre.

Não sei qual é a melhor «solução» para que o povo angolano possa viver em paz. Mas custa-me aceitar que, alguma vez, onde quer que seja, a guerra possa ser o caminho mais curto para a paz. Só sei que é necessário fazer tudo para que os angolanos possam rapidamente e de forma duradoura aceder à paz. É fundamental que

Portugal europeu não enjeite a sua vocação atlântica. E, sobretudo, que saibamos retirar do caso angolano os devidos ensinamentos, para que não se repita Angola em Timor. Num e noutro lugar, haverá sempre quem esteja mais interessado na guerra do que na paz. Infelizmente, nem sempre os interesses dos povos e das nações se sobrepõem aos interesses privados de alguns poderosos.

Não sei de quem é a culpa. Nesta saga trágica do povo angolano, cada vez se vai tomando mais difícil separar as águas. Os maus nunca estão exclusivamente num dos lados da barricada. E a vida vai tecendo uma imensa rede de interesses e complexidades.

Se Angola não tivesse petróleo e diamantes talvez a guerra não tivesse razão de ser. Terá sido a pobreza de Moçambique que pôs fim à guerra? E Timor como vai ser? O envolvimento e a partilha de responsabilidades com as Nações Unidas é um bom prenúncio ainda que não possa garantir um final feliz.

In «Expresso»

AÇORES

José Medeiros Ferreira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA E AS AUTONOMIAS



A visita oficial que Jorge Sampaio está a efectuar à Região Autónoma dos Açores tem decorrido dentro de normas favoráveis a um melhor entendimento geral da realidade insular. É uma iniciativa política oportuna por várias razões.

Em primeiro lugar, é a primeira viagem presidencial após o novo ordenamento autonómico insular decorrente da revisão constitucional de 1997 que aumentou a capacidade legislativa daquelas regiões, da lei de finanças e da adopção fiscal desencadeada por ela, da consagração das ilhas ultraperiféricas no Tratado de Amsterdão, na Agenda 2000 e na conclusão n.º 38 do Conselho Europeu de Colónia.

Curiosamente é neste clima de maior capacidade de governo próprio que se nota mais vontade de demonstrar ao Presidente da República que ele simboliza a unidade nacional. Tem sido assim em todas as ilhas.

Em segundo lugar, Jorge Sampaio tem a oportunidade de se inteirar do particular modo de articulação entre os poderes regionais e os poderes autárquicos, os discursos pronunciados na ilha das Flores foram particularmente esclarecedores acerca do traço de união que sobre todos eles desenha a origem democrática e a filosofia descentralizadora.

Seria um desastre pretender jogar uns contra os outros, ou pretender uniformizar de novo o código administrativo do País a partir da equiparação entre regiões autónomas e descentralização municipal.

Qualquer diploma que pretenda reorganizar as competências das câmaras municipais terá de ter em conta a especificidade insular e as competências dos órgãos autonómicos regionais, até



para não ficar ferido de inconstitucionalidade.

O Presidente da República terá certamente tal matéria em atenção quando lhe chegar às mãos para promulgação a lei recentemente aprovada na Assembleia da República a este respeito.

Com efeito, há nas autonomias insulares uma dimensão de descentralização administrativa que já é da competência dos órgãos regionais quer pela via da Constituição quer pela via dos estatutos político-administrativos.

O Governo da República não pode agora ceder às autarquias nos Açores e na Madeira o que já não é seu e está melhor atribuído a nível insular aos órgãos regionais.

O papel do poder autárquico mantém todavia todo o seu vigor e dependência nos Açores perante o Governo Regional e constitui até um aprofundamento de autonomia e da participação democrática dos cidadãos.

Esta visita também se efectua quando o Tribunal Constitucional, ignorando o espírito da última revisão que alargou significativamente o âmbito das competências legislativas das regiões autónomas, mantém uma grelha de julgamento manifestamente desadequada, e passível de conduzir a novas apostas no desenvolvimento natural da capacidade de autogoverno dos insulares.

A continuar assim, uma nova revisão constitucional acabará por resolver a questão com custos nas conquistas já alcançadas através da nova fase de relacionamento entre a República e as regiões, conceptualizada na fórmula feliz de autonomia cooperativa.

Então sim levantar-se-á de novo a falsa questão do Estado Regional como arma de combate descalibrada para se alcançar maior capacidade legislativa para as autonomias insulares que de facto dela carecem. Do meu ponto de vista a fórmula alcançada por Alberto João Jardim do Estado Regional para albergar o poder autonómico não me parece ajustada por ser desnecessária e por descaracterizar a essência da autonomia insular democrática que não reside no facto de se desenvolver no quadro regional, mas no quadro de uma nação como a portuguesa que tem duas dimensões insulares, os Açores e a Madeira.

O conceito de autonomia insular é mais poderoso que o conceito de região.

Aliás, uma das vantagens do actual quadro autonómico reside no facto de cada uma das regiões se poder dotar de estatutos político-administrativos, que podem ser diferentes entre si.

Defendi na última revisão constitucional ser de encargo uma evolução política diferente para os Açores e para a Madeira. As últimas tomadas de posição fortalece-

ram-me ainda mais nesta convicção.

O Presidente da República efectua ainda a sua visita acompanhado por uma comitiva de que faz parte o Governo Regional, os deputados da AIR e os deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo dos Açores.

Perante todos é manifesta a genuinidade com que se interessa pelos insulares e a vontade de aprofundar as questões e de as integrar no seu pensamento político.

Depois desta viagem Jorge Sampaio não precisará jamais de intermediários timoratos ou temerários para compreender o que possa estar em jogo na evolução das autonomias regionais, e do papel que ele deve desempenhar nela como garante da coesão nacional e do regular funcionamento das instituições democráticas.

O discurso que pronunciou na residência do ministro da República foi uma notável peça política e esclareceu todos sobre o contrato mútuo que deve ligar a República e as autonomias.

A ideia-chave de que a evolução das autonomias insulares no espaço da comunidade política portuguesa depende essencialmente do entendimento mútuo que se possa estabelecer constitucionalmente, representa uma fase nova no relacionamento entre os portugueses e distribui por todos as responsabilidades do dever colectivo.

É este «patriotismo constitucional» que se pretende mais político do que jurídico, mais cooperativo do que reivindicativo, mais confiante do que desconfiado, mais transparente do que dissimulado.

O Presidente da República Jorge Sampaio está assim a prestar um grande serviço à comunidade portuguesa com esta sua visita aos Açores.

In «Diário de Notícias»

CONSUMO

Dieter Dellinger

COMPRAR NACIONAL



Quem apanhar, na Praça Kleber em Estrasburgo, um autocarro para seguir tranquilo para a contígua cidade alemã de Kehl, atravessa mais uma fronteira Schengen sem dar por isso. Para além da língua nos placards, do lado gaulês, o viajante quase só vê viaturas francesas, enquanto do lado alemão impera o material germânico. Contudo, no âmbito do mercado europeu, a relação preço/qualidade não é diferente entre um e outro país. O que sucede é que os alemães compram alemão e os franceses francês.

Nos grandes hipers de um e outro lado da

fronteira é evidente a noção de que o interesse próprio e nacional são uma e a mesma coisa. Os franceses chegam a enfeitar os seus vinhos, queijos e enchidos com gigantescas bandeiras nacionais, a suscitar o patriotismo gaulês, apesar de os vinhos espanhóis e argelinos serem bem mais baratos. Os alemães não se cansam de apelar à tradicional qualidade germânica e não esquecem a bandeira da Pátria como apelativo de compra.

E em Portugal?

Infelizmente, sucede quase o contrário, o consumidor cansa-se nos supermercados e grandes centros comerciais à procura do

produto português.

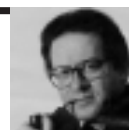
Os comerciantes lusos, ao contrário dos seus colegas europeus, não se mentalizaram para trabalharem na União Europeia. Não sabem que o interesse reside na economia nacional. Mesmo os gestores dos hipers estrangeiros não perceberam que a Pátria de uma empresa é a dos seus clientes, pois o seu interesse empresarial não pode deixar de coincidir com o da sua clientela.

Mas, o decisor mais importante nesta matéria é o consumidor. Em Portugal, é o consumidor português a decidir e a ter de fazer como o alemão e o francês, comprar

nacional para defender os seus interesses.

A livre circulação de bens na União Europeia serve ao consumidor para evitar preços exagerados, defender a qualidade e suprir carências. Mas não é indiferente comprar nacional ou estrangeiro. Os franceses, espanhóis, argentinos, japoneses são boas pessoas, sem dúvida, mas os impostos deles não pagam a Segurança Social portuguesa, não pagam as escolas do País, os hospitais, os polícias, as estradas, etc. Não interessa andar a dizer que o Governo não faz isto, aquilo e aquilo outro, quando se está a enviar o produto do trabalho de cada um para fora.

PORTUGAL NA BALANÇA DA EUROPA



As férias aproximam-se com o País desfrutando uma sensação de bem-estar económico como há muito não sentia. Crescemos mais do que a Europa, o consumismo reina e a maior visibilidade internacional gratificou o ego nacional. Refere Eduardo Lourenço no seu último livro *Portugal Como Destino* que «pela primeira vez o nosso país vive-se a si mesmo e começa até a ser visto pelos outros... como um povo isoladamente feliz... Antes disso que o maçoquismo um tudo nada hipócrita com que éramos os lusiadas coitados.» Admirável síntese da «dramaturgia da cultura portuguesa no seu conjunto», o texto inquieta-se, na última parte, com o «novíssimo contentamento» e a «total ausência de interesse pela ideia de Portugal que tenha qualquer conteúdo para além da sua representação, da sua imagem, do seu look no espelho alheio». Seria impossível perceber «qual seja o destino de Portugal. Ou, mais fundamentalmente, o que é, ainda, Portugal como destino». E é a convicção de que se tem um destino, «uma promessa de duração eterna», que «confere a cada povo, a cada cultura, pois ambos são indissociáveis, o que chamamos identidade». Lourenço reconhece que «Portugal está sofrendo uma metamorfose cultural de rara intensidade», mas a que faltaria

«enquadramento num plano que visa simbolicamente esse "outro Portugal"». A objeção pode ser relevante, mas a sua natureza mostra que seria errado interpretar o seu pensamento na linha do de outras gerações de intelectuais que glosaram o tema do destino de Portugal em angústias de identidade, na busca da «alma» ou do «carácter» do povo, duvidando sempre das possibilidades da nossa continuidade. Garrett, no livro que deu o título a esta crónica, não deixa de invocar a hipótese da integração ibérica. «Talvez uma federação...», escreve. Oliveira Martins refere no *Portugal Contemporâneo* as tentações iberistas ao longo do século e termina o livro com a nota resignada de que «lemos de optar entre duas hipóteses», de que a primeira seria a de «abdicar da autonomia». Pessoa, nos seus textos sobre o iberismo, refere que «só atingiremos a nossa maioridade civilizacional quando, confederados na Ibéria, pudermos, lidados na desgraça e na experiência triste de tanto passado, afrontar a Europa outra vez». Pessimismo de nação pobre e periférica, as mesmas angústias sobre a decadência, a identidade e a continuidade as vamos encontrar também em Espanha. De livros recentes (*La novela de España, los intelectuales y el problema español*, de Javier Varela e

Tragedia y razón, Europa en el pensamiento español, de J.M Beneyto) permitiram-me recordar a extensão das semelhanças e das diferenças. O impulso europeizador de Joaquín Costa, coevo da nossa geração de 70, a reacção do misticismo da «Espana eterna» à crise de 98, a cruzada de Unamuno pela europeização da Espanha e pela espanholação da Europa, mas sobretudo o pensamento de Ortega (e Madariaga e outros...), que desde os anos vinte teoriza a necessidade da unidade europeia. A busca obsessiva sobre o «ser» da Espanha, junta-se a noção dum vínculo substantivo entre nacionalização e unidade europeia, porque se trata de «reintegrar um conceito de identidade nacional a partir da comum cultura europeia». Escreve, em 1930: «Só a decisão de construir uma grande nação europeia dos povos continentais voltaria a vivificar a pulsação da Europa.» Como projecto cultural e político, a ligação do destino do país à União Europeia foi sempre mais clara nos intelectuais espanhóis do que nos portugueses. Podemos estar confiantes em que a vitalidade da cultura portuguesa actual nos garante a identidade e a continuidade como pátria histórica, linguística e cultural. Assentes nessa certeza, podemos dizer que Portugal é a nossa pátria e a Europa o nosso destino. Uma Europa nação-múltipla cuja cultura re-

flecte a sua luz como um cristal de diferentes faces rutilantes, que são as suas várias culturas nacionais. (Ortega). Integrar a cultura portuguesa e a europeia é o que tem ajudado a fazer toda a obra de Eduardo Lourenço. Não se inquiete, pois, com a superficialidade com que vivemos estes momentos cuidadosos de império, rendeiros módicos da nova Europa, podemos cultivar, enfim, o nosso jardim. Recordemos Pessoa (pondo jardim onde ele escreveu quintal): «O meu jardim em Lisboa está ao mesmo tempo em Lisboa, em Portugal e na Europa. O bom regionalismo é amá-lo por ele estar na Europa.» A integração na Europa resolveu o problema ibérico e não vejo dissolução do destino de Portugal «na água lustral da sua imersão na universidade de todos e de ninguém», como teme Lourenço. O que devemos temer não é a ausência de destino ou a proximidade do suposto caos que alguns analistas referem, mas sim a ilusão de suportar que os próximos anos serão a continuação despreocupada do bom momento que atravessamos. A Europa continuará a pagar a bolsa, mas quer que acabemos o curso. Isso exigirá decisão e esforço. Para o risco da complacência é que não haverá cura cultural.

IN -VISÃO-

INVESTIMENTOS DUVIDOSOS



Saborear «sucesso» a partir de investimentos indevidos é hoje uma realidade inconcebível em contextos de promoção subjectiva, individual ou de grupos concertados. Há gestores em que a preocupação é a de influenciar gastos em obras de fachada para se promoverem e também daí tirarem dividendos. A corrupção, luvas, comissões, etc. Riquezas indevidas.

O mais curioso é que muitos deles conseguem passar a mensagem, para esse tipo de despesismo.

Algures nos EUA um grupo de accionistas, consumidores, cidadãos, colocou em tribunal uma empresa ligada à área da energia eléctrica por investimentos, sem interesse e não adequados às necessidades das populações e da empresa. Uma curiosa fórmula de se corrigir excessos de incompetência ligados a interesses de uns poucos. Efectivamente, este tipo de actos são penalizadores para a economia de muitas empresas e para o próprio Estado.

Sou da opinião que em qualquer situação relativa a investimentos devia de haver um «Colégio de Análise», para posterior aprovação.

Nos tempos que correm, em países de fraca participação democrática, é fácil influenciar investimentos que nem de perto nem

de longe são necessários. Como é possível?

Em primeiro lugar faz-se crescer a necessidade de determinado investimento, usando-se muitas vezes os *media* como publicidade enganosa. Pode ser de obras, equipamentos, ultimamente de grandes *packages desoftware*. Geralmente quem os promove tem à sua volta «testas de ferro» que são os *pivots* para esse tipo de situações, com encobrimento. A estes dá-se mordomias para se calarem ou amolecer nos apetites à guloseima. Quase sempre fazem tudo o que se pede ou manda. Aconselho a leitura do livro publicado recentemente com o título «A corrosão do carácter - Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo» da autoria Richard Sennett.

«A decadência do carácter pessoal expresso pela lealdade e compromisso recíproco, no prosseguimento de objectivos de longo prazo. As amizades e laços de comunidade assumem uma qualidade fugidia». DN.

Efectivamente, só em países com forte tradição democrática se consegue que os investimentos sejam produtores por excelência da necessidade real para a qualidade de vida das populações. Quanto ao investimento público, ou empresarial, o

antidespesismo é necessário estar presente nos investimentos. Se atentarmos, quem os promove, verificamos que o interesse imediato é para quem lança a necessidade.

Com a solução de «Colégios de Análise» à necessidade de investimentos, estes problemas não se colocavam. Pelo menos, se houver diferentes mentalidades empresariais ou públicas, nestes Círculos resolutivos. No que concerne aos investimentos fora do país, também há questões que se podem traduzir na oportunidade do negócio, da rentabilidade e da análise perceptiva do mesmo. São necessárias doses avultadas de informação e compatibilidade (trofologia) do manancial informativo.

É deveras preocupante o resultado de muitos investimentos no estrangeiro, de qualquer país. Aquilo que parece um mercado emergente, por vezes, não passa dum ilusão com retorno de desilusão em potencial.

A localização, a população, dirigentes, língua, em suma o comportamento generalizado, desse país ou região são factores a ter em conta e determinantes para investimentos estratégicos. Por vezes é melhor investir no próprio país. Concretamente, quando esse território é ainda bastante carente de infra-estruturas, recursos humanos, etc.

Lançar ondas de necessidades de investimentos, extraterritoriais, nestas condições, é não saber aplicar avultadas somas de fluxos financeiros. Aliás este tipo de situações só se encontram em países em que o factor produtivo é bastante débil e portanto a necessidade de investir, fora das fronteiras. Países com sólida indústria, geralmente praticam a sua economia em inovação e produção tecnológica de ponta. Os investimentos no estrangeiro não são o principal factor da economia. Hoje investir no exterior é um risco, quando é aplicado em países onde as condições sociais são bastante diferenciadoras. A instabilidade desses mercados é enorme, potenciadoras do anti-retorno financeiro. A perspectiva iniciadora «investimento ruinoso» deverá ser olhada não como um mal ou erro intencional, mas sim como um tremendo perigo, para o futuro, daqueles países que sofrem de gestão incompetente e desastrosa para as populações que pagaram os seus impostos e os queriam ver bem aplicados. Aliás, como as empresas que pensam nesta atitude. Quantos biliões não são desperdiçados e perdidos por esse mundo fora? Só porque há uns «sábios» que tomam más decisões. Quem paga os erros? Como sempre, os mesmos, contribuintes, consumidores e trabalhadores.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Flamenco em Abrantes

A animação de Verão prossegue, amanhã, a partir das 21 e 30, na Praça Barão da Batalha, com um espectáculo de ritmos «calientes» a cargo de Salvador y su Cuadro Flamenco.

Artesanato em Albufeira

Até ao próximo domingo, dia 25, decorre, no Largo Eng.º Duarte Pacheco, mais uma Feira de Artesanato Regional. No âmbito deste evento, realiza-se, no sábado, a partir das 22 horas, a oitava edição do Festival da Canção do Sul. No domingo, dia 25, será a vez de apreciar o agrupamento de música popular portuguesa, Água Viva, pelas 22 e 30, no mesmo palco. A exposição de pintura de Miranda Justo, abrirá ao público, na Galeria Municipal, no Sábado, a partir das 16 e 30. A mostra, que pode ser visitada diariamente, entre as 16 e 30 e as 23 horas, permanecerá patente até ao dia 15 de Agosto.

Orquestra em Braga

O maestro Marc Tardeu dirige, no domingo, dia 25, no Mosteiro de Tibães, a Orquestra Nacional do Porto dia 25, num espectáculo que promete ser inesquecível.

Festa do Mar em Cascais

Com o apoio da autarquia local, realizam-se, na Praia da Ribeira, a partir de hoje e até ao primeiro dia de Agosto, as Festas do Mar/Cascais'99. Nas Festas destacam-se um conjunto de iniciativas, como as que decorrem hoje, às 19 horas: o Festival da Sardinha Assada e a Arruada de Zés-Pereiras. No sábado, dia 24, às 16 horas, será altura de garraia da praia, uma iniciativa abrilhantada pela animação musical que estará a cargo da Sociedade Musical de Cascais.

Música cigana em Coimbra

A banda Ciganos D'Ouro actua, hoje, às 22 horas, na Praça 8 de Maio. Amanhã, no mesmo local e horário, será a vez de apreciar a performance do Grupo Folclórico e Etnográfico do Bairro da Brinca. No sábado, a Praça Velha, será, mais uma vez, o local escolhido para a realização da Feira das Velharias.

Tradição em Fafe

O Verão será recheado, no sábado, pelas 21 e 30, com os ritmos tradicionais portugueses do Grupo Folc D'Ave que poderá apreciar se passar pela Arcada.

Gastronomia em Faro

Por iniciativa da edilidade farense, realiza-se, amanhã, às 22 horas, na Sé Catedral, um concerto pelo prestigiado agrupamento Solistas de Salzburgo que será acompanhado pela pianista Maria José Morais. A cidade vai acolher, a partir da próxima segunda-feira (26) e até ao dia 12 de Setembro, o I Festival Gastronómico Nacional das Casas Regionais, que vai dar a conhecer as iguarias de sete regiões do País. A cada Casa Regional compete divulgar a sua identidade cultural, mostrando a sua gastronomia - pratos regionais, vinhos, doces - bem como promover a animação cultural através da exposição de produtos regionais, ranchos de folclore, grupos de cantares, entre outras iniciativas. A Casa do Ribatejo será a primeira a mostrar as suas iguarias (entre 26 de Julho e 1 Agosto), seguindo-se a Casa de Trás-os-Montes (2 a 8 de Agosto) e a Casa das Beiras (9 a 15 de Agosto). A Casa de Lamego (16 a 22 Agosto), Casa do Minho (23 a 29 Agosto), Casa do Alentejo (30 Agosto a 5 de Setembro) continuam o programa, que termina com a apresentação da região anfitriã - Casa do Algarve - entre 6 e 12 de Setembro.

Gargalhadas em Guimarães

O Verão vale mesmo a pena em Guimarães e promete prosseguir com muita boa disposição. É que na próxima segunda-feira, dia 26, na Praça de São Tiago, começa, a partir das 22 horas, a «Semana do Humor», com a actuação inaugural de Yllana («666»). No dia seguinte, no mesmo local e à mesma hora repete-se o espectáculo de risos. Já na quarta-feira, será a vez de assistir a uma comédia teatral, a cargo dos norte-americanos Murph. Trata-se do show «Methamorphosis», que estará em cena, na Praça de São Tiago, a partir das 22 horas.

Cinema em Lisboa

São quatro as fitas debutantes esta semana nas salas de cinema lisboetas. Assim, se quiser fazer um gosto à sua cinefilia, poderá optar entre os filmes de Donald Petrie - «O Meu Marciano Favorito» -, Harold Ramis - «Uma Questão de Nervos» -, Jon Turteltaub - «Instinto» - e Shane Meadows - «Twenty Four/Seven». No Parque das Nações, as «Noites do Rio» proporcionam, todos os sábados, no Anfiteatro da Docca, encontros entre vários artistas. Assim amanhã e no sábado, dia 24, poderá apreciar-se o espectáculo de dança «Aqui, Agora, Neste Momento», um evento fruto da colaboração da coreógrafa Vera Mantero e do músico Nuno Rebelo, entre outros.

Festival em Montemor-o-Velho

Decorre já o XXI Festival de Teatro de Montemor-o-Velho - Citemor'99.

O evento, a decorrer até 15 de Agosto, apresenta ainda uma exposição de fotografia, «Imagem de Garagem», com os trabalhos de Anabela Trindade, um registo dos momentos singulares do «Teatro de Garagem», captados nos últimos cinco anos. Os espectáculos realizam-se em espaços não convencionais daquela vila do distrito de Coimbra, no Castelo, na Quinta do Taipal, num armazém agrícola e no Convento de Santa Maria dos Anjos.

Espectáculos no Porto

A Companhia de Teatro Pé de Vento vai apresentar dois espectáculos de Andrea Gabilondo no Teatro da Vilarinha. Os shows de dança estão integrados no âmbito da programação do mês de Julho, denominada «No Calor da Dança». Hoje e amanhã estará em cena «A Voz de Melpomene», um evento recheado de muita música e bailado que aborda as várias situações dramáticas que ocorrem no quotidiano do mundo da dança. A última sessão, dia 24, é dedicada aos mais novos, com a peça «Xa Hei Paparata Te», uma passagem sobre o desenvolvimento da dança feita em paródia, de modo a mostrar as crianças como tudo começou. A Orquestra Nacional do Porto vai realizar, nas duas últimas semanas de Julho, sete concertos em outros tantos monumentos do norte do País.

Tauromaquia em Setúbal

A «Festa Brava» é o tema da Feira de Santiago'99, que este ano se realiza de entre 24 de Julho a 8 de Agosto, sob o lema «Cultura, Paisagem e Tradição - A Festa de Toiros no distrito de Setúbal». Face ao tema escolhido, em vez da habitual tourada da Feira de Santiago, a Câmara Municipal decidiu promover quatro corridas de toiros a 24 e 31 de Julho e a 7 e 21 de Agosto. São quatro corridas de toiros para todos os gostos e que foram denominadas, respectivamente, de «Corrida de Toiros do Futuro», «Corrida de Toiros à Portuguesa», «Corrida de Toiros Mista» e «Corrida de Toiros da Diferença».

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Um poema revolucionário?

*Aquela cativa
Que me tem cativo.
Porque nela vivo
Já não quer que viva.
Eu nunca vi rosa
Em suaves molhos.
Que pera meus olhos
Fosse mais ferosa.*

*Nem no campo de flores
Nem no céu estrelas
Me parecem belas
Como os meus amores.
Rosto singular
Olhos sossegados,
Pretos e cansados,
Mas não de matar.*

*Ó graça viva,
Que neles mora.
Para ser senhora
De quem é cativa.
Pretos os cabelos,
onde o povo vão
Perde a opinião
Que os louros são belos.*

*Pretidão de Amor,
Tão doce a figura,
Que a neve lhe jura
Que trocara a cor.
Leda mansidão,
Que o siso acompanha;
Bem me parece estranha,
Mas bárbara não.*

*Presença serena
Que a tormenta amansa;
Nela, enfim, descansa
Toda a minha pena.
Esta é a cativa
Que me tem cativo,
E, pois nela vivo,
É força que viva.*

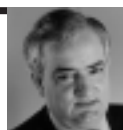
Luís de Camões



Aida
de Verdi

25 de Julho, 16 horas
(Última récita)

Teatro Nacional São Carlos
Lisboa



MÁRIO SOARES

E escrevo esta crónica conhecendo já o resultado da eleição para a Presidência do Parlamento Europeu, na qual o nosso camarada Mário Soares não conseguiu a maioria dos votos. Dir-se-á que este é que é o verdadeiro acontecimento. Tenho, contudo, uma opinião diferente. O que é relevante neste caso, porque foi inovador, é a ousadia, a luta contra o conformismo, a visão dinâmica e a transparência de processos e de escolhas que a opção de Mário Soares, ao enfrentar o «establishment», representou. Desta vez o espírito do funcionalismo, ainda venceu a escolha política consciente e comprometida, mas nada ficará nesta Europa que estamos a construir, daqui para o futuro, como dantes. E esse é, desde já, um crédito que tem de ser atribuído ao Dr. Mário Soares.

Um crédito a favor de Portugal, mas também um crédito a favor da Europa. A União Europeia vive, inquestionavelmente um período de grande decisão, e algumas dúvidas. A aparente vitória do conservadorismo e a consequente resistência à mudança não passam disso mesmo, «aparelhas». A União Europeia só terá futuro com uma profunda mudança e, sobretudo, com alterações significativas ao nível das instituições e do equilíbrio de poderes, onde a valorização do Parlamento Europeu seja uma orientação e um desígnio. Para isso, homens como Mário Soares são imprescindíveis, e nunca será uma passageira derrota que inviabilizará o seu destino e a sua missão. De resto a própria candidatura de Mário Soares ao Parlamento Europeu já teve esse significado e esse desígnio.

Não sei bem se isso terá sido, desde logo, totalmente compreendido em Portugal. Depois da participação de Mário Soares na eleição para a Presidência do Parlamento Europeu as coisas ficaram seguramente mais claras e compreensíveis, mas acima de tudo mais promissoras e mais abertas. O Futuro, estou certo, confirmará esta minha previsão.

PS. - Esta é última crónica que subcrevo, antes de férias e, exige, a tradição que vos apresente os tradicionais votos de bom descanso. Mas é sobretudo a crónica adequada para registar publicamente a grande honra que foi para mim, integrar a lista de candidatos ao Parlamento Europeu, liderada pelo Dr. Mário Soares. Esta honra e este prazer ficarão a constituir no meu percurso político marcos de grande significado.

«Jorge Sampaio derrotou Cavaco Silva. E vencerá qualquer outro candidato da direita. Porque é um bom Presidente e porque, sendo uma das referências da esquerda, tem sabido ser Presidente de todos os Portugueses»
Manuel Alegre
Expresso, 17 de Julho

«Ele (Marques Mendes) na Sonae nem dava para porteiro, porque demorava demasiado tempo a explicar como se entra»
Belmiro de Azevedo
Revista Expresso

«(Marques Mendes) é um portavoz... de qualquer voz. Era altura de ir trabalhar no duro, mas parece que afinal não é desta vez que vai fazer o teste»
Idem, ibidem

«Em matéria de cassete, ao lado de Paulo Portas os comunistas são meninos de coro. Além disso, ele passou a uma forma superior de luta: a videocassete»
José Carlos de Vasconcelos
Visão, 15 de Julho

«Todo o sistema convida à preguiça: ao deputado não se pedem conhecimentos nem criatividade. Só se lhe pede que vote com os seus colegas da frente»
Helena Roseta
Visão, 15 de Julho




Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

| | |
|---|-----------------|
| Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura. | |
| Cheque | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses |
| Valor | \$ |

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

| ASSINATURAS | 6 MESES 2 NÚMEROS | 12 MESES 4 NÚMEROS |
|-------------------|-------------------|--------------------|
| Continente | 500\$ | 800\$ |
| Regiões Autónomas | 700\$ | 1.200\$ |
| Macau | 1.300\$ | 2.400\$ |
| Europa | 1.500\$ | 2.900\$ |
| Resto do Mundo | 2.300\$ | 4.400\$ |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

| | |
|--|-----------------|
| Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura. | |
| Cheque | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses |
| Valor | \$ |

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

| ASSINATURAS | 6 MESES 26 NÚMEROS | 12 MESES 52 NÚMEROS |
|-------------------|--------------------|---------------------|
| Continente | 1.650\$ | 3.250\$ |
| Regiões Autónomas | 2.400\$ | 4.600\$ |
| Macau | 4.600\$ | 9.100\$ |
| Europa | 5.500\$ | 10.800\$ |
| Resto do Mundo | 8.500\$ | 16.600\$ |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director:
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz